

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CIÊNCIAS SOCIAIS - BACHARELADO

Lidia Bueno Pereira

PARADOXO DA HIERARQUIA E DA IGUALDADE:
ações afirmativas Brasil e Índia

Porto Alegre

2020

Lidia Bueno Pereira

**PARADOXO DA HIERARQUIA E DA IGUALDADE:
ações afirmativas Brasil e Índia**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Soraya Vargas Cortes

Porto Alegre

2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha orientadora, Soraya Vargas Cortes, pela disponibilidade e pela confiança dedicada à orientação deste trabalho.

Agradeço aos meus professores ao longo dos anos do curso de Ciências Sociais por todos aprendizados e ensinamentos.

Agradeço, à UFRGS, enquanto instituição, por todas as oportunidades e por me mostrar como a educação é uma forma potente de mudança social, salientando aqui a importância da universidade pública e popular.

Agradeço aos meus amigos pelo carinho e paciência, em especial à minha amiga Helena, por sempre acreditar em mim e se fazer presente.

Agradeço aos meus colegas e amigos do curso de Ciências Sociais pelo apoio e pela motivação não apenas durante a elaboração do trabalho, mas em todos os anos de curso. Em especial, aqui, um agradecimento para minha amiga Luiza Jobim, que me acompanha desde o primeiro dia na graduação.

Agradeço também aos meus pais, pois sem eles este trabalho não seria possível. Ao meu pai, obrigada pelos incentivos intelectuais e pela ajuda mesmo nos momentos de dúvidas, e à minha mãe agradeço a confiança em mim e o carinho de sempre, mesmo nos momentos difíceis pelos quais passamos neste ano. Obrigada por me mostrarem a beleza da docência.

Agradeço à minha irmã querida, Elisa, pela paciência e escuta.

E agradeço, por fim, aos meus professores da Casa Bela Vista, em especial ao Sandro Nowacki, ao Josué Barba e à Juliana Corbellini, pela primeira aproximação com o universo da Índia e do Oriente.

deixa que a dúvida venha
a respeito da vida
iluminado seja aquele
que já sabe o que é

eu já não sei quase nada
sobretudo de você
melhor não saber nada
assim posso entender

eu fui numa viagem
pro outro lado de mim
fui recebido pelo amor
mais puro serafim

entrei num trem que partia
por um trilho diferente
percorrendo os caminhos
mais escondidos da gente

pra viver
cada dia um sonho bom
e pra sempre
acordar na certeza que o destino está em nossas mãos

deixa que a dúvida venha
a respeito da vida
iluminado seja aquele
que já sabe o que é

eu já não sei quase nada
sobretudo de você
melhor não saber nada
assim posso entender

Índia – Gilsons, Julia Mestre

RESUMO

Brasil e Índia adotam as políticas de ações afirmativas, dispositivos que tem como finalidade a diminuição da diferença entre castas e classes nos contextos contemporâneos desses países. Em termos sociológicos, torna-se importante indicar a persistência do modelo hierárquico, entendido como um dos eixos estruturantes para compreender o universo das relações sociais nas formações socioculturais e econômicas dos dois países. A construção deste trabalho teve como objetivo a reflexão sobre o modelo de modernização clássica hegemônico, o conceito de hierarquia e o papel das ações afirmativas na dualidade entre hierarquia e igualdade. A partir de uma abordagem comparada sobre as políticas de ação afirmativa no Brasil e na Índia, utilizo os referenciais das políticas públicas, da teoria das modernidades múltiplas, das análises sobre a ordem global e dos estudos inspirados na obra clássica de Dumont (1997) que focaliza os discursos de modernização *versus* hierarquia, e hierarquia *versus* igualdade. O diálogo com os diferentes autores possibilitou uma construção reflexiva sobre as repercussões da teoria da modernização clássica, adotada pelos países considerados em desenvolvimento, e sobre como as políticas públicas de ações afirmativas operam nesse cenário. O paradoxo da noção de igualdade e hierarquia apresenta-se potencialmente fértil para entender o processo histórico das tentativas de mitigação das desigualdades sociais que afetam estes países, a partir das políticas públicas igualitárias de natureza reparatória, as ações afirmativas.

Palavras chave: ações afirmativas, hierarquia, igualdade, Índia, Brasil.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 RELAÇÃO BRASIL E ÍNDIA.....	9
3 MODERNIDADES MÚLTIPLAS	12
3.1 IGUALDADE, HIERARQUIA E DESENVOLVIMENTO	17
3.2 MODERNIDADE NO BRASIL	20
3.3 MODERNIDADE NA ÍNDIA.....	25
3.4 DESIGUALDADE NO SISTEMA DE CLASSES BRASILEIRO	27
3.4 DESIGUALDADES NO SISTEMA DE CASTAS INDIANO	30
4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NA ÍNDIA (1947) E NO BRASIL (2001).....	33
4.1 GÊNESES DAS AAs NA ÍNDIA E NO BRASIL.....	35
4.2 PROCESSO DE AA NA ÍNDIA E NO BRASIL.....	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS.....	47

1 INTRODUÇÃO

O construto deste trabalho tem como objetivo refletir sobre o modelo de modernização clássico eurocêntrico, o conceito de hierarquia e o papel das ações afirmativas na dualidade entre hierarquia e igualdade. Brasil e Índia adotam as políticas de ações afirmativas, dispositivos que funcionam como plano de encurtamento da diferença entre castas e classes nos contextos contemporâneos desses países. Do ponto de vista sociológico, torna-se importante mencionar a persistência do modelo hierárquico, entendido como um dos eixos estruturantes para compreender o universo das relações sociais nas formações socioculturais e econômicas dos países. Pretende-se compreender como funciona a tentativa da mitigação e/ou superação das desigualdades sociais que impactam esses dois universos, por meio de políticas públicas igualitárias de natureza reparatória, as ações afirmativas (AAs).

Optou-se por pensar as repercussões da teoria da modernização clássica, adotada pelos países considerados em desenvolvimento (muitas vezes por pressões externas dos países considerados modernos), e como as políticas públicas de ações afirmativas atuam nesse processo, entendendo que a modernização pode se utilizar do paradoxo da noção de igualdade e hierarquia. Isso faz com que haja uma possível crítica às sociedades hierárquicas. Com uma abordagem comparada sobre as políticas de ação afirmativa no Brasil e na Índia, utilizo os referenciais das políticas públicas, da teoria das modernidades múltiplas, das análises sobre a ordem global e dos estudos inspirados na obra de Dumont (1997) que focaliza os discursos de modernização *versus* hierarquia, e hierarquia *versus* igualdade.

A análise comparada das políticas públicas foi elaborada à partir da constituição indiana e brasileira e nos estudos com base nos referenciais bibliográficos sobre os reflexos destas políticas nos últimos anos nos dois contextos, com autores referências nas áreas de AAs no Brasil e na Índia, como João Feres Júnior (2007) e Verônica Daflon (2008). A comparação foi baseada também na avaliação de impactos e nas discussões acadêmicas que surgiram neste campo de estudo.

Essa discussão suscita a reflexão sobre as características e a natureza dos modelos hierárquicos existentes no Brasil e na Índia. De que forma e com qual intencionalidade o modelo de hierarquia se faz presente nas sociedades contemporâneas? A existência da hierarquia é reconhecida em todas as sociedades da mesma forma? Nessa construção histórica, algumas sociedades estabeleceram-se no ideário de igualdade; já em outras, a construção não ocorreu nesse formato, devido a uma lógica de soberania entre uma sociedade e outra. Almejar esse ideal, chamado de modernidade, pode ser contra-hegemônico ou não? Como a questão aparece no caso da Índia e do Brasil? São sociedades orientadas pela hierarquia ou pela igualdade?

O estudo das ações afirmativas e seus desdobramentos no universo social têm ocupado um lugar de notoriedade nas ciências sociais, nos últimos anos. Muitas pesquisas foram feitas sobre as formas de implementação dessas AAs em diferentes países como Estados Unidos, Alemanha, França, África do Sul. Pensar em como essas políticas públicas são inseridas nas

sociedades e, mais além, em como o estudo das múltiplas modernidades, igualdade e hierarquia podem ser úteis para o aprimoramento dessas discussões é primordial para evidenciar diferenças e desigualdades existentes e para buscarmos políticas públicas mais abrangentes e singulares no sentido de abarcar um maior número de indivíduos e suas especificidades e individualidades.

Este trabalho se insere na corrente dos estudos contra-hegemônicos, ao buscar compreender o papel do sistema hierárquico e o modelo moderno de igualdade nas sociedades brasileira e indiana, bem como procura entender como funcionam as políticas públicas de ação afirmativa nesses contextos.

No capítulo 2, que sucede esta introdução, exponho como o Brasil e a Índia se localizam no sistema mundo, quais suas importâncias e potencialidades, separadamente e em conjunto. No capítulo 3, apresento o debate sobre a teoria da modernidade e das múltiplas modernidades para introduzir a discussão e a conceituação de igualdade. Examino o conceito de hierarquia, traçando um paralelo entre a dualidade hierarquia *versus* o conceito de igualdade. Subsequentemente, no mesmo capítulo, abordo as particularidades do processo de modernização na Índia e no Brasil, compreendendo ser importante pensar a modernização de forma diferenciada, desassociando esse conceito da lógica hegemônica. Em seguida, reflito acerca das desigualdades do sistema de castas indiano e de classes do brasileiro, avaliando que são características fundamentais para o entendimento das sociedades contemporâneas desses países. No capítulo 4, a partir dos referenciais teóricos, apresento o tema das políticas de ações afirmativas e faço uma reconstrução histórica dos processos de inserção das políticas públicas na Índia e no Brasil. Por último, no capítulo 5, estabeleço considerações finais com possíveis desdobramentos e enquadramentos futuros da temática.

2 RELAÇÃO BRASIL E ÍNDIA

Brasil e Índia se constituem em duas potências emergentes no sistema mundo (WALLERSTEIN, 2004, p. 76) e assim são consideradas por organizações multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). O ideário de modernidade¹ faz parte da agenda pública e ambiente político-cultural desses países, desde o final da Segunda Guerra Mundial. Os governos do Brasil e da Índia costumam afirmar sua relevância para a ordem internacional e, conseqüentemente, tradicionalmente recusam-se a adotar papéis secundários nesse sistema.

Nas últimas décadas, o diálogo entre os dois países aumentou devido à parceria estratégica na formação do bloco Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (Brics) e na cooperação internacional no âmbito do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (Ibas), Brasil, África do Sul, Índia e China (Basic), G4 e G20 (NASCIMENTO, 2009, p. 9). Os países BRICSs têm um alto nível potencial de crescimento econômico e tecnológico. Os dois países, no século XXI, passaram a participar do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), lançado pelo Brics, como alternativa ao controle do sistema financeiro liderado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial, criando um fundo de financiamento Sul-Sul.

Após o fim da bipolaridade mundial entre Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS), nos dois países houve discussão sobre seus modelos de desenvolvimento que, em consequência, mudaram as suas estratégias, passando a priorizar a formação de alianças regionais ou multicontinentais, como no caso dos BRICSs (NASCIMENTO, 2009, *apud* STUENKEL, 2014). Os dois países apresentam aspirações comuns, como serem reconhecidos como potências hegemônicas, em um mundo multipolar. Os países compartilham desafios comuns como os problemas estruturais de desigualdade social e econômicas, além de problemas estruturais de desenvolvimento.

A Índia revelou-se para o cenário mundial como uma grande democracia economicamente poderosa, culturalmente vibrante, multiétnica e multirreligiosa, fora do ocidente geográfico (MOHAN, 2006, p. 30 *apud* STUENKEL, 2014). Na medida em que se desenvolver econômica e socialmente, o país tem potencial para tornar-se um líder do “ocidente político” (MOHAN, 2006, p. 30 *apud* STUENKEL, 2014). Esse possível papel da Índia no sistema mundo atraiu a atenção das potências ocidentais, principalmente nas últimas décadas, visando aproveitar o papel estratégico das suas relações externas, principalmente com os outros países asiáticos.

¹ Discorrerei de forma aprofundada sobre o conceito de modernidade utilizado neste trabalho no capítulo 3.

Apesar do interesse mundial recente no crescimento econômico da Índia, seu relativo sucesso foi antecedido por um processo lento desde sua independência da Grã-Bretanha, em 1947. Somente a partir da década de 1980 o país experimentou um crescimento econômico constante e significativo. Entre 1980 e 2019, o crescimento médio anual foi de 6,12%, na última década (2010-2019) obteve um crescimento médio de 6,7%, chegando em 2015 ao maior crescimento anual deste período chegando a 7,99%, este alto e constante crescimento fez o país chegar ao patamar de uma das economias mais bem-sucedidas nos últimos 40 anos. (DATA WORLD BANK, 2020)

Os dados do Banco Mundial de 2019 demonstram que a população indiana chega a 1.366.417.756 habitantes, representa o sétimo maior Produto Interno Bruto (PIB) do mundo e um PIB *per capita* de 2.104 US/ano em 2019. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) está em 0,647 (considerado médio desenvolvimento). A taxa de alfabetização entre adultos (maiores de 15 anos) chega a 75% (2018) e a expectativa de vida ao nascer é de 69 anos (2018). A Índia está tentando efetivar uma transformação que poucas nações na história moderna conseguiram realizar com sucesso: liberalizar a economia dentro de uma ordem democrática estabelecida (VARSHNEY, 2007, p. 73 *apud* STUENKEL, 2014).

Existem múltiplos aspectos que dificultam a implementação da democracia liberal na Índia, sendo um dos fatores primordiais o sistema de castas e suas complexidades, entre elas a dificuldade de uma eventual mobilidade econômica e social dos indivíduos. Seguidamente as políticas reformistas indianas são divididas em duas categorias: políticas para as elites e políticas para as massas (VARSHNEY, 2007, p. 80 *apud* STUENKEL, 2014). A distinção das reformas para as elites e para as massas é crucial para entendermos a realidade indiana. Enquanto para as elites o futuro da Índia nunca pareceu tão promissor, para o restante a realidade não parece ser a mesma. A população com menor poder econômico do país possui algumas restrições quanto à implementação de medidas neoliberais e reformas econômicas. Essa disputa pelas políticas reformistas é um plano de fundo essencial para a compreensão de categorias importantes do tecido social indiano neste trabalho.

A Índia tornou-se uma grande potência, com grande parte da população na pobreza (MENON, 2013, p. 96). Os desdobramentos das questões sociais e das desigualdades ajudam a entender seu lugar na ordem global. Ao mesmo tempo em que a Índia vem gerando curiosidade nas potências ocidentais - Estados Unidos, Rússia, Inglaterra, França, Alemanha, entre outros - nas últimas décadas esses países seguem em busca do aproveitamento do seu papel estratégico no sistema mundo.

Desde o início dos anos 1950, estudiosos europeus e indianos constituíram o campo da chamada sociologia da Índia, que veio a ser integrado pelos os estudos ‘nativos’ (PEIRANO, 2006). Os principais protagonistas, quando se pensa em pioneirismo dessa discussão, do ponto de vista europeu, foram Louis Dumont e David Pocock, fundadores do periódico “Contributions of Indian Sociology”, que publicou uma série de estudos sobre a Índia. As problemáticas do universo sociopolítico indiano e suas particularidades, em especial o sistema de castas, têm sido objeto de estudo constante, pois continua a ser uma tarefa desafiadora entender esse universo (MADAN, *apud* PEIRANO, 2006). Quando comparada a brasileira, observa-se que a sociedade indiana urbana tem despertado mais interesse dos estudiosos europeus.

O Brasil tornou-se pobre em “exotismo” para comparações com a sociedade Ocidental, gerando bem menos interesse do que no caso indiano (PEIRANO, 2006, p. 115). A sociedade brasileira tem sido vista como parte do Ocidente, não haveria assim uma contraposição não ocidental como no caso da Índia, como será visto no capítulo 3 deste trabalho. Em contraste, não faltaram estudos sobre a realidade social e o sistema de castas desde a metade do século passado. Além disso, diferentemente do que no Brasil, a elite indiana é fluente em inglês, o que facilita as relações com a comunidade acadêmica internacional.

Peirano (2005), estudiosa do tema, afirma ainda que assumimos o papel pouco interessante de subdesenvolvimento e de um país que está sempre aspirando o desenvolvimento e a modernidade. Para a autora, chamamos a atenção no continente europeu quando desafiamos seus modelos analíticos, como no caso da teoria da dependência ou da teologia de libertação, mas essas foram exceções. Contudo, essa condição propiciou a que o Brasil desenvolvesse suas próprias ideias sobre sua sociedade, no que Otávio Velho (1982) chama de “privilégio do subdesenvolvimento” (PEIRANO, 2006, p. 116). Na Índia, em diversos momentos, seus problemas sociais foram definidos por um olhar europeu.

O Brasil obteve um crescimento econômico anual médio entre 1980 e 2019 de 2,41%. Nas últimas quatro décadas o país se consolidou de forma estática, tendo um pico de crescimento entre 2005 e 2010 com uma média de 4,28%, tendo seu auge no ano de 2010 com um crescimento anual de 7,52%. Os dados do Banco Mundial 2019 indicam que a população brasileira chega a 211.049.519 milhões de habitantes, com o nono maior PIB do mundo. A renda per capita anual em 2019 foi de 8.717 US e o Brasil mantém um IDH de 0,76 (considerado de alto desenvolvimento). A taxa de alfabetização entre adultos (maiores de 15 anos) chega a 93% da população e a expectativa de vida ao nascer é de 76 anos (2018). (DATA WORLD BANK)

3 MODERNIDADES MÚLTIPLAS

O eurocentrismo é uma categoria que implica na construção de discursos, saberes e criação de um “outro” inferiorizado para que a Europa emergja como *locus* de uma enunciação da aparência universal, atópica e verdadeira. Portanto, enquanto a Europa se constitui como centro emissor da história, constitui o “outro subalternizado” (NOPES, 2013). O eurocentrismo apresenta-se como universalista quando produz regras e discursos que todos os povos devem seguir, nos termos simbólicos e nos princípios de realidade multifacetados, determinando qual é a expressão moderna de existir (NOPES, 2013).

Antes de apresentar a ideia de modernidade, é preciso separar aqui três diferenças de conceituação e classificação entre moderno, modernidade, modernismo e modernização. A categoria moderno, segundo Le Goff (1992), nem sempre foi associada ao binômio moderno/antigo. O termo passou a ser utilizado ao longo dos anos com um caráter analítico de valor, como um projeto inovador progressista, algo melhorado, atribuindo um caráter de ruptura e negação com o passado, com o tradicional, com o obsoleto. Depois, com os clássicos da sociologia, aparece como o “novo”, como a nova sociedade, e só depois será associada às nações com progresso e desenvolvimento, como Alemanha, Inglaterra, França e Estados Unidos.

O termo modernismo surgiu no século XIX com Baudelaire. Para Habermas (2002), Baudelaire confundira a experiência estética com a experiência histórica (NOPES, 2013). O modernismo passa a ser entendido como um movimento artístico, uma expressão da cultura modernista. No caso da Semana de Arte Moderna (1922) no Brasil, era uma demonstração de valores e visões do homem moderno.

Um dos primeiros filósofos a falar de modernidade foi Hegel, como forma de marcar o tempo da Idade Medieval e da Idade Moderna, destacando um caráter de novos tempos, que seriam modernos. Habermas (2002) salienta que Hegel foi o primeiro a pensar a modernidade como um problema filosófico. A ideia de modernidade tornou-se complexa e multifacetária, desde então recebendo distintas formulações (NOPES, 2013). Para Sztompka (1998, p. 133), “[...] existem duas maneiras de definir a modernidade: a histórica e a analítica. O conceito histórico de modernidade refere-se a um tempo e lugar determinados; sendo datado e situado”. Quanto à definição analítica, o autor argumenta que “[...] desde as origens da sociologia encontramos repetidas tentativas de definir analiticamente a modernidade pela descoberta de suas características fundamentais e sua combinação singular em uma síndrome específica” (SZTOMPKA, 1998, p. 134).

Habermas (2002) demarca a modernidade como um fenômeno associado ao Iluminismo, argumentando que “[...] a modernidade foi elevada, desde os fins do século XVIII, a tema filosófico” (NOPES, 2013 p. 41). Já o conceito de modernização

refere-se a um conjunto de processos cumulativos e de reforço mútuo: à formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho; ao estabelecimento do poder político centralizado e à formação de identidades nacionais; à expansão dos direitos de participação política, das formas urbanas de vida e da formação escolar formal; à secularização de valores e normas. (HABERMAS, 2002, p. 5).

Modernidade e modernização são noções embrionárias do discurso eurocêntrico. O processo de modernização é uma etapa da modernidade cujas bases são estruturadas a partir do final do século XV, precisamente em 1492. Para Dussel (*apud* NOPES, 2013), as diferenças entre sociedades e a diferença colonial empiricamente surgem naquela data, quando a modernidade apresenta condições históricas para “[...] sua empírica mundialização, a organização de um mundo colonial e o usufruto da vida de suas vítimas, num nível pragmático e econômico” (DUSSEL, 2005, p. 66).

O processo de modernização é de hierarquização e dominação. Trata-se da classificação entre os bárbaros/selvagens e civilizados, entre sociedades tradicionais e modernas - nesse segundo caso, principalmente, vinculado às questões de urbanização e industrialização. Nada mais é do que a legitimação de um único e verdadeiro saber científico europeu. No século XX, as relações de hierarquia modificam-se e ganham novos rótulos. Noções para diferenciar países desenvolvidos e subdesenvolvidos surgem, para confirmar a ascensão dos Estados Unidos como potência, e uma nova organização geopolítica do planeta, o Norte e o Sul Global. Desse caminho surge o projeto de modernização universal sob os pressupostos eurocêtricos, com discurso de um crescimento tecnológico que poderia se estender para todos os povos de maneira igualitária, diminuindo as desigualdades do sistema mundo. (NOPES, 2013)

O conceito de colonialidade, elaborado por Mignolo (2005), representa o outro lado da modernidade, o que foi negado, invisibilizado, inferiorizado, violentado pelo pensamento eurocêntrico. Esse pensamento tem como principal característica a rejeição do diverso, das possibilidades do heterogêneo (NOPES, 2013). As categorias “colonialidade do poder” e “colonialidade do saber”, elaborados por Quijano (1997), representam estratégias e dispositivos de controle, dominação e exploração humana como práticas hegemônicas euro centradas (NOPES, 2013).

A colonialidade do saber nos países colonizados se consolidará no processo das formações nacionais. Para Quijano (2005), o processo histórico da modernidade desenvolve-se pela imagem de superioridade da Europa, que é sustentada pela “colonialidade do poder”, a partir do reconhecimento dos conceitos ocidentais de civilidade, progresso, desenvolvimento. A Europa traça as normas sociais em que se deve viver. Tudo que foge da norma é diretamente ou indiretamente datado como ultrapassado. É um processo cruel e difícil de se desvincular. As antigas colônias não foram apenas influenciadas pelo sistema econômico, político, social e cultural ocidental, os seus saberes foram colonizados. A “colonialidade do saber”, segundo Porto-Gonçalves (2005), revela que, além do legado das desigualdades e das injustiças sociais, vindas do colonialismo e do imperialismo, questões salientadas pela teoria da dependência e outras já desenham como existe um legado epistemológico eurocêntrico, que nos impede de ver o mundo de outra forma, distante do horizonte europeu, não nos permitindo ver o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos.

O projeto de modernização elaborado para as antigas colônias europeias na América não observava as diversas possibilidades de existência de cada sociedade, seus contextos distintos e suas diversidades locais. Quijano (2005) já havia refletido como o local colonial era parte do poder ao mesmo tempo físico e imaginário, onde atua a colonialidade do poder e a colonialidade do saber. Trata-se de impossibilidades de outras formas de existir, de saber, de viver. Os países não pertencentes ao norte global dominante ficam à mercê de uma interpretação da realidade que não é a sua. A eterna sensação de que falta algo, um projeto que está por vir, a modernização que vai chegar ou, melhor dizendo, que precisa chegar. Ao contrário da visão europeia, os processos de modernização não acontecem de forma linear e igualitária para todas as sociedades (NOPES, 2013).

Desde o final do século XIX e início do XX, a ciência moderna tornou-se o saber dominante no Ocidente, e os saberes foram minuciosamente articulados e organizados para que fossem tratados como verdades absolutas e universais. Contudo, novas abordagens, a partir da metade do século XX, inauguraram os “estudos periféricos”, que fogem da perspectiva eurocêntrica e colonial. Duas das obras principais dessa nova abordagem é “Pele Negra, Máscaras Brancas”, de Frantz Fanon (1952), e “Orientalismo – a Invenção do Oriente pelo Ocidente”, de Edward Said (1978). Fanon já salientava como a invenção do racismo era uma peça fundamental para manutenção da dominação europeia sobre os povos. Said analisava a invenção do Ocidente sobre o Oriente, como o Ocidente criou uma representação reduzida do Oriente (NOPES, 2013).

A estrutura epistemológica ocidental, tangenciada pelos ideais da modernidade, criou estruturas de análise do tradicional e do moderno, em que a Europa detém o reconhecimento de ser moderna e o restante do mundo é considerado um estágio inferior de sociedade. O princípio determinista de modernidade transformou essa ideia em uma máquina geradora de alteridade que, em nome da razão e do humanismo, excluiu do seu imaginário o diferente, a multiplicidade, a ambiguidade das formas de vidas concretas (GOMEZ, 2005), criando a falsa ideia de que tudo que foge do padrão da modernidade é contraditório ou inacabado, incompleto, um pensamento bastante determinista e simplista de análise para um universo de complexidade.

A teoria clássica da modernização surgiu na década de 1950 como uma forma de explicar como as sociedades ocidentais, em especial a Europa Ocidental e a América do Norte, se desenvolveram, especialmente em relação ao avanço do capitalismo industrial. Em um contexto de competição entre ideologias comunistas e capitalistas, nasceu esse desejo das potências ocidentais de convencer os países ditos de Terceiro Mundo que o crescimento econômico e a justiça social eram possibilidades dentro do capitalismo. A teoria supõe que os países passariam por estágios previsíveis e complexos que dependeriam, principalmente, da importação tecnológica e dos conhecimentos para usá-la, bem como da utilização de outros fatores, como política, educação e burocratização.

A teoria da modernização vem sendo questionada ao longo dos anos, especialmente por seu caráter universalizante, não considerando que as sociedades estão em lugares diferentes no sistema econômico mundial e, conseqüentemente, não têm o mesmo poder de desenvolvimento. Para o sistema, é interessante que determinadas sociedades permaneçam em seus lugares na ordem mundial, dependentes e relativamente fracas, as chamadas sociedades não industriais. A teoria da dependência² tem uma relação importante com as questões da teoria da modernização. Ela explica o porquê de os países do Terceiro Mundo acabarem por não conseguir se desenvolver economicamente como as potências globais do chamado mundo do norte. Nas décadas pós-Segunda Guerra Mundial, o que determinava o desenvolvimento econômico das nações era, justamente, a modernização, os valores chamados de modernos. O sistema econômico mundial tem um caráter altamente desigual na distribuição de poder e de recursos, o que coloca a maioria das nações em uma situação de dependência em relação às potências globais industriais. A teoria da dependência argumenta que não podemos compreender o desenvolvimento econômico no Terceiro Mundo sem entender as posições e os

² Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Vania Bambirra, Orlando Caputo, Roberto Pizarro, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni

interesses econômicos das grandes potências. Não pode haver a mesma métrica do que é ou pode ser desenvolvimento e modernidade para os países do Terceiro Mundo e para as potências globais (JOHNSON, 1997)

Este trabalho usará a ideia de modernidades múltiplas para compreender a realidade social dos dois países emergentes, Brasil e Índia, entendendo que essa pode ser uma alternativa interessante para compreender as nuances do mundo contemporâneo. Uma das questões de maior utilidade da ideia de modernidades múltiplas para os fins deste estudo, é a separação entre modernidade e ocidentalização. Os padrões ocidentais de modernidade não constituem as únicas formas autênticas de modernidade, mesmo que historicamente tenham sido consideradas o padrão universal, um ponto de referência básico para os restantes (EISENSTADT, 2001, p. 139).

Uma das implicações mais importantes do termo “modernidades múltiplas” é que a modernidade e a ocidentalização não são idênticas; os padrões ocidentais de modernidade não constituem as únicas modernidades “autênticas”, apesar de gozarem de precedência histórica e de continuarem a ser um ponto de referência básico para os restantes. (EISENSTADT, 2001, p. 140).

Tradicionalmente, o que consideramos como início da modernidade é associado ao final da Segunda Guerra Mundial, com uma tendência generalizada para considerar o moderno como o rompimento da tradição e, de certa forma, uma delimitação de novas premissas culturais básicas, buscando novas formas de definição dos conceitos de civilização. Ao contrário dessa perspectiva, a ideia de múltiplas modernidades relativiza a modernidade a partir da ideia de sua pluralidade, sustentando-se na oposição ao pensamento de que todas as tradições plurais e as sociedades teriam uma etapa final histórica que acabaria por convergir: o moderno, evidenciando as particularidades étnicas, nacionais, religiosas e a fragilidade do conceito único de modernidade (EISENSTADT, 2007).

Utilizar-se da ideia de modernidades múltiplas é assumir que a melhor forma de entender o mundo contemporâneo é considerar um leque de possibilidades de entendimento do que pode ser modernidade, em que cada sociedade pode se desenvolver de forma singular. Uma das características que pode ser observada nesse processo é o entendimento que a modernidade é simplesmente seu potencial de autocorreção, sua capacidade de enfrentar os problemas nunca imaginados no seu programa original. Ao lidar com problemas distintos, as sociedades contemporâneas podem utilizar-se cada vez mais de possibilidades, modos e recursos culturais das suas respectivas tradições civilizacionais (WEIMING, 2000 *apud* EISENSTADT, 2007). A perspectiva elucida o caráter essencialmente moderno dos novos movimentos sociais, identidades coletivas, ultrapassando o modelo clássico do Estado, territorial, nacional ou

revolucionário, e traçando um diálogo contínuo entre forças de reconstrução moderna e forças tradicionais (EISENSTADT, 2001).

3.1 IGUALDADE, HIERARQUIA E DESENVOLVIMENTO

Para compreender uma sociedade como a indiana, e suas características tradicionais é necessário entender a noção de hierarquia nela predominante. No senso comum, associa-se hierarquia a uma escala, relacionada a instâncias superiores e inferiores de poder. A hierarquia que ocorre na Índia pode ser considerada de gradação, mas ela não tem relação com poder e autoridade. “A hierarquia é no sistema nada menos que a forma consciente de referência das partes ao todo; de outra parte, é o aspecto do sistema que escapa aos modernos” (DUMONT, 1997, p. 117). Nesse sentido, a gradação indiana está associada ao modo como se concebem e se estabelecem as relações sociais e tem fundamentação religiosa. Dela decorre a manipulação de instâncias de poder, mas o poder não é o fundamento, e sim consequência, pois o pressuposto é o de que a sociedade indiana respeitará um princípio de gradação dos elementos de um conjunto em relação ao conjunto total. A importância da religião no sistema hierárquico tradicional é fornecer essa gradação.

As sociedades europeias traçaram o caminho oposto, usando como fundamento a ideia de igualdade (TOCQUEVILLE, 2005). Nas sociedades ditas modernas, pela literatura clássica europeia, essa relação de gradação foi substituída pela estratificação social, entretanto Dumont (1997) salienta que, desde 1960, a hierarquia continua existindo, porém torna-se reprimida ou não consciente pela sociedade. A hierarquia será o ponto-chave de muitos autores para estudarem o sistema de castas indiano, justamente pelo seu papel primordial para o entendimento do tecido social da Índia. Relacionar o sistema hierárquico e o sistema de castas com a religião hindu é bastante diferente de associá-los simplesmente a uma questão de caráter religioso. A hierarquia é bem mais complexa do que isso, pois envolve inúmeras nuances dessa sociedade.

O modelo hierárquico indiano se relaciona a várias gradações. A primeira delas é a posição do puro e do impuro, mesmo que essa ideia essencialmente religiosa não nos explique o lugar de poder na sociedade indiana. Dumont (1997) ressalta como não é possível falar de hierarquia na Índia e não falar do conceito de *varna* e casta. Além da gradação do puro e do impuro, relacionada à religião, a sociedade indiana conta com a hierarquia tradicional das quatro *varnas*, que distinguem a sociedade em quatro separações principais, sendo elas: Brâmanes ou sacerdotes, Kshatryas ou guerreiros, Vaishyas ou comerciantes e Sudras ou

servidores/criados³. Além dessas quatro categorias, historicamente teríamos que acrescentar os considerados intocáveis, que são mantidos fora desse conjunto original (DUMONT, 1997).

A relação entre *varna* e casta é amplamente complexa. Dumont (1997) já salientava em sua obra como não era incomum perceber confusão, inclusive, em estudos acadêmicos sobre a distinção entre os dois conceitos. Na literatura clássica é frequente a referência apenas ao sistema de *varnas*. Alguns autores, como Senart (1894) e Max Weber (1920),⁴ tentaram desassociar as questões desse sistema com a modernidade na Índia, entretanto já se sabe da importância de seu papel para o entendimento do tecido indiano contemporâneo.

Existe, de fato, uma relação entre a constituição das hierarquias de *varnas* e de castas. O sistema de *varnas* permite uma série de dicotomias sobre as quais repousa a hierarquia. Se formalmente é muito parecida com as castas, também é religiosa no essencial e, ao mesmo tempo, muito menos sistemática e diferente, se considerarmos os princípios. De uma maneira geral, a hierarquia das *varnas* expressa-se de inúmeras formas de tratamento diferenciado que lhes são reservadas. O sistema de castas indiano e seus desdobramentos serão examinados adiante.

Homo hierarquicus (1997) oferece uma síntese da análise de Louis Dumont sobre o sistema de castas e uma vigorosa reflexão teórica sobre o princípio da hierarquia. Dumont (1997) mostra que a concepção globalizante dos valores próprios da sociedade hindu explica os princípios de planificação das castas, de oposição e da interdependência das categorias do puro e do impuro e das discussões na esfera do religioso e do político. Para o autor, se a sociedade indiana historicamente caracteriza-se pelo predomínio do pensamento hierárquico e por uma ideologia holista. O Ocidente moderno aparece, por contraste, dominando os valores igualitários e do individualismo. Em contraponto ao *homo hierarquicus* das sociedades ditas tradicionais, como é o caso da Índia, existe a ideia de igualdade e modernidade. O próprio Louis Dumont associará a superação das sociedades tradicionais hierárquicas à ideia de modernidade e igualdade (BONTE; IZARD, 1996).

Como foi visto anteriormente, essa ideia monolítica de modernidade associada à ocidentalidade não é utilizada neste trabalho, mas a reflexão sobre o caminho percorrido no Brasil e na Índia com o discurso da superação do tradicional para o moderno, sim. Entendo que o caminho para a modernidade pode e deve ser distinto em diferentes sociedades. Contudo, o conceito de modernidade apresenta um ideal de igualdade, que não se realiza, que produz um

³ Categorias citadas do mais alto nível para o mais baixo.

⁴ Senart em *Les Castes dans l'Inde* e Max Weber em *Hinduismus und Buddhismus* ambas obras trocam *varna* por casta na tradução

tipo de estratificação específica, típica das sociedades ocidentais, que é útil para compreender as tensões que a ideia de modernidade, apresenta no contexto do Brasil e na Índia, entre as noções tradicionais de *homo hierarquicus* e de igualdade moderna.

Repetidamente, quando nos deparamos com sociedades democráticas, o conceito de igualdade surge. Igualdade, democracia e desenvolvimento muitas vezes são associados entre si. A ideia de superação de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna muitas vezes passa por esses três conceitos anteriores. Utilizando o conceito de igualdade clássico de Tocqueville (2005), podemos associar democracia e igualdade de condições e o surgimento do capitalismo e a superação do feudalismo.

Igualdade social significa que toda a diferença existente (seja econômica, intelectual ou política) é apenas circunstancial, passível de mudança e radicalmente oposta à submissão de uns a outros. Eis porque, segundo Tocqueville, a igualdade de condições é um princípio constitutivo da ordem democrática, que afeta a propriedade, os costumes, a opinião e também a esfera política. (REIS, 2006, p. 116)

Frequentemente, países como o Brasil serão lidos pelo sistema global como países modernos, que superaram sua tradição hierárquica, associados também ao ideal de desenvolvimento capitalista em que esses países vêm buscando alcançar nas últimas décadas, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Se examinarmos o que tem sido o desenvolvimento no país e de quem se beneficia dele, podemos começar a questionar a noção de contraposição de fato entre hierárquico-tradicional e igualitário-moderno. Dificilmente, o crescimento econômico faz com que o país abandone suas raízes hierárquicas e se torna moderno e igualitário.

No centro da teoria liberal estão os direitos civis dos indivíduos iguais, direito à propriedade, ao livre trabalho, a contrair contratos válidos perante a lei.. Os direitos políticos e sociais, seriam decorrência dos direitos civis. A ampliação dos direitos políticos ocorreu de forma mais ampla e mais generalizada no mundo recentemente e, ainda assim, grande parte dos países não os garante. A efetivação dos direitos sociais depende da oferta de bens e serviços pelo Estado e é menos generalizada entre os países do que a garantia de direitos políticos. Já a efetivação dos direitos humanos, também depende da ação estatal⁵.

⁵ Em nível mundial, pós-Segunda Guerra Mundial, surge o que chamamos de regime global de direitos humanos, que vem de uma preocupação da UNESCO e da ONU para entender e tentar responder de forma propositiva o porquê das desigualdades, da pobreza, do racismo, de parte da população estar marginalizada (PEILIN, L. *et al*,2013).

Essa discussão suscita uma reflexão sobre as características e a natureza dos modelos hierárquicos existentes no Brasil e na Índia e em que medida o modelo de hierarquia se faz presente nas sociedades contemporâneas. A existência da hierarquia é reconhecida em todas as sociedades, porém em algumas o ideário de igualdade, ainda que incerto, se estabeleceu, já em outras a construção não se deu nesse formato.

Uma indagação que se pode fazer é a de que fossem os modelos ideais sociais hegemônicos de Brasil e Índia modernos e igualitários, haveria tamanhas desigualdades estruturais nos dois países? O Brasil, em geral considerado moderno e ocidental, não teria ideias hierárquicas pré-capitalistas não modernas que fundamentam as profundas desigualdades encontradas na sociedade brasileira. Em tese, um fator importante do ser moderno, do ser econômico e socialmente desenvolvido, é a igualdade.

3.2 MODERNIDADE NO BRASIL

As consequências da modernização no Brasil são temas recorrentes nos estudos das ciências sociais desde, pelo menos, a segunda metade do século XX. Em linhas gerais, o debate e as discussões teóricas sobre a modernidade no Brasil ou sobre modernidade brasileira ficaram conhecidos por duas abordagens principais: a sociologia da dependência e a sociologia da herança patriarcal-patrimonial.

A sociologia da dependência teve como principais autores Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni; os autores mais influentes da sociologia da herança patriarcal-patrimonial foram Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Roberto da Matta. A sociologia da dependência entende que o sistema econômico mundial tem um caráter altamente desigual na distribuição de recursos e poder, que coloca a maioria das nações em uma posição de dependente em relação às potências hegemônicas, para estes teóricos não existe como compreender o curso do desenvolvimento econômico no Terceiro Mundo sem levar em conta a relação essencialmente dependente que existe nas relações entre as nações. Por sua vez, a sociologia da herança patriarcal-patrimonial de matriz culturalista compreende que o fundamento estrutural da vida social brasileira se dá pelas relações sociais constituídas pelo patriarcado, patrimonialismo e escravidão.

As duas correntes diferenciam a sociedade brasileira contemporânea das clássicas ‘sociedades modernas centrais’. Se, por um lado, admitem que nosso passado e nosso contexto

cultural são distintos e contêm signos normativos e simbólicos diferentes do padrão encontrado nas sociedades centrais, por outro, reafirmam nossa inalterada condição de dependência econômica estrutural (TAVOLARO, 2005).

Parte-se da premissa de que, para compreender a modernidade no Brasil, primeiramente é preciso considerar uma crítica à *episteme* em que se operaram as propostas clássicas da nossa sociologia e de toda sociologia mundial. O discurso hegemônico vislumbra compreender a modernidade como a diferenciação e a complexificação social, a secularização e a separação entre o público e o privado. Usarei as reflexões de Tavolaro (2005) como argumentos consistentes sobre a temática.

O autor (2005) aponta para a necessidade de uma problematização dessas teorias, pois elas podem induzir a interpretações direcionadas pelas próprias sociedades modernas centrais, atribuindo a países como o Brasil a imagem de incompletos, imperfeitos, o que reforça uma distorção à experiência brasileira. Utilizando-se do potencial crítico na noção de modernidades múltiplas, o autor faz o exercício de derivação da *episteme*⁶, valorizando a variação no padrão de sociabilidade que o discurso sociológico confere à modernidade (TAVOLARO, 2005).

Os autores da sociologia da herança patrimonial-patriarcal e da dependência acabaram por reproduzir, de certa forma, a mesma ideia de desvio que pode reforçar uma noção de que a norma são os países modernos centrais. Se existe um desviante, existe uma normativa. Quem desvia, desvia de algo. Freyre, Holanda, Faoro e Matta, citados por Tavolaro (2005) têm em comum a atribuição da diferenciação da modernidade brasileira à razão da nossa sociabilidade moderna. Freyre e Holanda (*apud* TAVOLARO, 2005), em especial, tinham a concepção de sociabilidade típica da família patriarcal que teria permanecido ativa nas dinâmicas sociais do Brasil contemporâneo.

Freyre (*apud* TAVOLARO, 2005) relaciona as questões da família patriarcal com as questões agrárias do país e o processo de escravidão, que não teriam criado as condições, mesmo após a urbanização, para diferenciação social e impessoalidade necessárias para o florescer da modernidade. Sergio Buarque de Holanda (*apud* TAVOLARO, 2005) atribuiu a nossa herança lusitana marcada pela “aversão congênita a qualquer ordenação impessoal da existência” à importância remanescente do patriarcalismo no tecido social do Brasil contemporâneo (TAVOLARO, 2005 p. 7).

Raimundo Faoro (*apud* TAVOLARO, 2005) busca um caminho diferente e exclusivo pelo qual nossa particularidade moderna teria raízes no Estado patrimonial, que se constitui em

Portugal desde sua formação. As dinâmicas entre Estado e a Coroa teriam dado o tom das dinâmicas burocráticas do país não só do ponto de vista administrativo-político, mas também do ponto de vista da cultura, da economia e até da religião. Matta (*apud* TAVOLARO, 2005) defenderá a existência de um sistema⁷ estruturado dual na sociedade contemporânea brasileira, um código pessoal que coexistia com um sistema legal fundamentado na ideologia burguesa liberal. Esse sistema baseava-se na ‘casa’ e na ‘rua’, que representavam o domínio privado e o domínio do Estado, mercado, tráfego, entre outros. O que tornaria o Brasil um país de uma sociedade “semitradicional” seria justamente a vivência nessa dualidade (TAVOLARO, 2005).

Os estudiosos da teoria da dependência sustentaram seus argumentos de outra forma. Caio Prado Júnior (1970) preferiu chamar a atenção para a natureza econômica da colonização que deu início à formação brasileira, a dependência externa brasileira e sua incapacidade de se dinamizar a partir de dentro por suas próprias forças e conforme os seus objetivos próprios (PRADO JÚNIOR, 1994), salientando a força do aparato estatal diante da incapacidade da iniciativa privada local.

Florestan Fernandes (*apud* TAVOLARO, 2005) sugeria que a combinação entre lavoura, escravidão e expropriação colonial teria criado uma dinâmica exclusiva no Brasil. O Brasil até teria adotado a dinâmica capitalista em aspectos sociais, políticos, econômicos, mas nunca conseguimos nos livrar da condição de dependência estrutural e, assim, nos desassociar da periferia global. Octavio Ianni (1978) argumentava que o Brasil contemporâneo era marcado pelos conflitos sociais, políticos, econômicos e culturais que teriam surgido ao longo dos sucessivos modelos de desenvolvimento adotados.

Por fim, Fernando Henrique Cardoso (*apud* TAVOLARO, 2005) afirmava que as principais estruturas sociais brasileiras deveriam ser compreendidas como frutos do reaparecimento do sistema externo de dominação capitalista às práticas nacionais de grupos e classes sociais. Em nenhum momento o sistema global nos deixara sair desse sistema. impossibilidade brasileira de satisfazer as demandas da sua população estava relacionada ao pouco investimento externo, que dependia da disponibilidade de recursos por parte dos países modernos centrais. Esse processo fez com que o Brasil precisasse de um aparato estatal autoritário e centralizador que fosse capaz de proporcionar condições de investimento para empresas estrangeiras, ou seja, isso viabilizou que empresas externas se consolidassem no país, dificultando o processo de modernização (TAVOLARO, 2005).

⁷ “De opções que delimitam o terreno cognitivo no interior do qual operam determinadas teorias explicativas e interpretativas da ‘realidade’” (TAVOLARO, 2005, p. 8).

Conforme podemos observar, os estudiosos criaram teorias sobre as características peculiares do processo de modernização no Brasil. Mais recentemente essas abordagens tem sido questionadas, considerando que adotam o ponto de vista da *episteme* do discurso sociológico hegemônico da modernidade de autores como Weber, Giddens, Bauman, entre outros. Para eles, o Brasil não deveria ser interpretado tendo como pano de fundo da noção de “modernidade mundo”, pois refutam a existência de uma única matriz moderna a substituindo pela ideia de uma modernidade multifacetada. Eisenstadt (2000), autor cujo trabalho seminal inspira a vertente de estudos sobre as modernidades múltiplas, salienta que, após a Segunda Guerra Mundial, foi possível considerar uma multiplicidade de ações institucionais e de padrões ideológicos, em sociedades ocidentais ou não, em processos variados de modernização (TAVOLARO, 2005).

As discussões em torno da noção de modernidades múltiplas, como já foi mencionado, são promissoras se quisermos evitar estereotipar as experiências modernas por meio da *episteme* do discurso sociológico hegemônico da modernidade. É preciso ter cuidado com o discurso que conduz a interpretações sobre a sociedade brasileira como um caso peculiar em relação às sociedades centrais, pois esse tipo de discurso reforça uma ideia de modernidade periférica ou até mesmo “singular”, reforçando padrões eurocêntricos que consideram que existe uma modernidade, a ocidental. Eisenstadt (2005) afirma que existem multiplicidades institucionais e diferentes padrões ideológicos que podem caracterizar o mundo moderno, levando em consideração os atores sociais específicos de cada país, os movimentos sociais, políticos, intelectuais, os diferentes programas de modernidade e, conseqüentemente, diferentes visões daquilo que faz cada sociedade ser moderna. Assim, podemos considerar a modernidade no Brasil como periférica e singular (TAVOLARO, 2005).

Esse tipo de abordagem é importante para que possamos rever a hierarquia entre centro e periferia, que frequentemente é utilizada no discurso hegemônico da teoria da modernidade, marcado por uma lógica eurocêntrica e imperialista que cria condições globais de propagação e disseminação ideológica, que atribui a algumas sociedades a condição de modernas tardias enquanto outras são consideradas como tradicionais. Importante também entender o papel da globalização nesse discurso e construir um caminho alternativo para que se possa fugir dos padrões convencionais da teoria da modernização (TAVOLARO, 2005).

Após o final da Segunda Guerra Mundial, a questão do desenvolvimento e subdesenvolvimento estava em voga no universo dos países do sistema mundo. O conceito de desenvolvimento se tornara uma métrica para o projeto de modernização, ou seja, para se modernizar, precisava-se de desenvolvimento considerado como um padrão único associado a

certos indicadores únicos. Precisava-se vender o espírito competitivo no cenário global, negando diferenças e particularidades de cada país, todos no mesmo caminho do desenvolvimento, em lugares diferentes, mas com o mesmo objetivo de se tornarem desenvolvidos como a Europa Ocidental e os Estados Unidos.

“Aqui o desenvolvimento tecnológico e da ciência é parte fundamental do projeto de modernização de um país, pois a construção social do espaço representa não apenas como base o processo material, mas como origem da direção e do sentido de desenvolvimento” (LANDER, 2005, p. 42).

O espaço é tanto o produto como a própria condição de possibilidade das relações sociais. Como uma relação social, o espaço é também uma relação natural, uma relação entre sociedade e natureza através da qual a sociedade ao mesmo tempo em que produz a si mesma transforma a natureza e dela se apropria. (CORONIL, 1997 *apud* LANDER, 2005, p. 46).

Herschman e Pereira (1994) salientam que o projeto de modernização brasileira, na década de 1930 do século XX e seus múltiplos aspectos, era assumido pelo saber técnico-científico especializado, como medicina, educação, engenharia, além do movimento literário da vanguarda modernista (NOPES, 2013). Nesse contexto surge a consolidação dos saberes científicos no Brasil, entre eles as pós-graduações e as universidades federais, que de certa forma tinha uma propensão à produzir e validar os privilégios europeus, tanto no caráter global como local. Vale salientar também como o investimento nas universidades federais, em ampla escala no território nacional, fez parte de medidas governamentais do presidente Juscelino Kubitchek, que queria aumentar o sistema industrial do país (NOPES, 2013).

[...] no Brasil a implantação da pesquisa e da pós-graduação ocorreu de forma relativamente autônoma, confinada essencialmente ao ambiente universitário. Seus interlocutores foram basicamente o governo e suas agências de fomento. Sem ser modulada por aspirações oriundas da sociedade, seu padrão de referência foi dado pelas próprias universidades, sobretudo europeias e norte-americanas, onde se formaram nossos primeiros doutores. Se, com isso, promoveu-se a qualidade e a busca de referenciais internacionais, por outro lado o sistema nascente de pesquisa e pós-graduação não contou com o aporte vitalizante do diálogo com o sistema de produção e com os grandes desafios da sociedade brasileira. (DE PAULA; SILVA, 2010 *apud* NOPES, 2013, p.100)

O projeto de modernização brasileiro envolveu a implementação de medidas modernizantes que tinham os países hegemônicos como métrica universal. A modernização, em países politicamente independentes, necessita de agentes condutores que, no caso brasileiro, foram “as elites intrassul” que se espelhavam nas estruturas eurocêntricas (universidades, saberes científicos e tecnológicos) como meios para legitimar essa consolidação do projeto de

colonialidade interna no país (NOPES, 2013). Importa lembrar como Raimundo Faoro (*apud* TAVOLARO, 2005) já mostrava que as elites brasileiras, majoritariamente, eram compostas por um grupo médico, um grupo de juristas (profissionais formados em direito) e um grupo de engenheiros e arquitetos. Essas elites defendiam a necessidade de desenvolvimento do país, e difundiam a ideia de que o Brasil precisava sair do atraso.

Florestan Fernandes (2008 p. 27) afirma que modernização significa mais ou menos a europeização (NOPES, 2013). Sendo assim, o projeto de desenvolvimento do país esteve amplamente associado ao pressuposto de atraso da humanidade nos países periféricos do sistema mundo (Wallerstein, 2006).

Neste sentido, dentre as principais análises da Modernização, segundo Feres Jr (2005), há uma tendência em classificar os países “periféricos” como “atrasados”, “subdesenvolvidos” e “dependentes”. Para tal qualificação há quatro enfoques de argumentação; a) “os países subdesenvolvidos não passaram por qualquer mudança histórica significativa”; b) “a sociedade Latin American é dividida em dois setores, um moderno, urbano e capitalista, e outro rural, atrasado e/ou feudal”; c) “a difusão de capital, cultura e tecnologia, oriunda dos países desenvolvidos, é um fator crucial na industrialização dos países satélites” e d) “frequentemente, classificam as áreas subdesenvolvidas da Latin American como pré-capitalista” (NOPES, 2013p.62).

A dificuldade maior da América Latina, e do Brasil conseqüentemente, no seu processo de modernização, é reorganizar-se e reanalisar-se como país periférico do Sul global, e saber onde se situa no sistema mundo e para onde seu universo de possibilidades está voltado. É possível construir novas possibilidades de existência e resistir ao modelo universalizante europeu e imperialista. O Brasil, não poderá participar do Norte global, pois seu local no sistema mundo já está muito bem determinado. Pode-se pensar o país como moderno sem aceitar a modernidade única, rígida que mais o atrasou do que ao contrário. É preciso entender essa contradição: a modernidade liberal que foi imposta ao país dependia também do imaginário moderno, do desenvolvimento das instituições modernas e da incorporação mais ou menos ampla das massas naquele universo.

3.3 MODERNIDADE NA ÍNDIA

Não há como falar de modernidade e projeto de modernização na Índia sem tratar da dominação britânica no subcontinente. A Índia foi um dos países mais invadidos ao longo de sua história, porém, sem dúvidas, foram os colonizadores britânicos que mais recentemente modificaram o rumo da nação. Marx (*apud* LIMA, 2013), quando decidiu escrever sobre o

processo colonial na Índia e na China, já salientava como as calamidades enfrentadas por esses países na colonização eram diferentes de tudo que fora visto até então. Cidades conhecidas mundialmente pela produção de tecidos e especiarias rapidamente tornaram-se decadentes (LIMA, 2013).

O processo de independência da Índia teve como base dois fundamentos principais. O primeiro deles foi o combate à pobreza que assolava o país, e o segundo foi a aproximação com o socialismo. Desde o final dos anos 1990, a desigualdade de renda, medida pelo coeficiente de Gini, tem aumentado em quase metade dos países em desenvolvimento, e com a Índia não foi diferente. O país tem a maior quantidade de pessoas vivendo com menos de 1,25 dólar/dia no mundo, com 568 milhões de indivíduos nessa situação entre 2005 e 2010. O projeto falido de desenvolvimento e modernização começou a mostrar suas consequências (LIMA, 2013).

A ilusão do crescimento econômico continuado gera a legitimação do sistema capitalista neoliberal eurocêntrico. Os pobres são iludidos por uma ideia de prosperidade criada pelas elites indianas – mídia, grupos políticos, pelos grandes donos de negócios – que apresentam o crescimento econômico como o caminho para o desenvolvimento. Ao contrário do que o discurso dominante tenta afirmar, decisões políticas equivocadas, importadas de modelos ocidentais produziram um crescimento econômico que acentuou os problemas sociais (LIMA, 2013).

Bahduri (*apud* LIMA, 2013) destaca que o processo político indiano tem sido reduzido a um cálculo para o favorecimento das elites, maximizando seus lucros, e a tornando beneficiária das consequências do crescimento, independentemente da situação dos pobres no país. O economista indiano afirma que a teoria econômica se tornou uma poderosa ideologia a serviço das classes dominantes (LIMA, 2013).

Para Bahduri (*apud* LIMA, 2013), é como se o alto crescimento econômico da Índia nos últimos 30 anos não tivesse sido era acompanhado ou percebido por grandes parcelas da população. Houve uma constante piora dos níveis de distribuição de renda. Estimativas do National Sample Survey de 2008 sugerem que mais de um terço da população indiana vive em condições de miséria absoluta e 42% da população é absolutamente pobre, mais de três quartos da população vive com um poder de compra menor do que 30 centavos de dólar americano por dia (LIMA, 2013).

Desde 1991, A Índia evidenciou um processo de criação de um modelo excludente de crescimento econômico, com bases no modelo de modernização do Norte global. As elites econômicas concentraram ainda mais a renda e houve o aumento das desigualdades sociais do país. Cada vez mais os políticos têm priorizado medidas que reforçam as alianças globais, e não as locais, na direção de uma modernidade conservadora, que reduz os investimentos públicos em bem-estar da população marginalizada. Esse modelo vencido é um obstáculo para o desenvolvimento socialmente equilibrado da Índia hoje. Contudo, as forças que têm interesse em manter o *status quo* continuam a defendê-lo.

3.4 DESIGUALDADE NO SISTEMA DE CLASSES BRASILEIRO

No Brasil, desigualdades sociais históricas persistem, embora o país passe por um processo acelerado de modernização (PEILIN *et al.*, 2013). Mesmo que o coeficiente de Gini tenha diminuído constantemente nas últimas décadas, o grau de desigualdade de renda ainda é bastante elevado no país, mesmo se o compararmos com o de países do continente latino-americano (PEILIN *et al.*, 2013).

No Brasil, a maior transformação na estrutura social foi a transferência da força de trabalho do campo para a cidade. Até a década de 1960, a população era, majoritariamente, rural (54,92%). Já de acordo com o Censo de 2010, o Brasil tem 84,35% da população vivendo em áreas urbanas (PEILIN *et al.*, 2013). Esse movimento de transferência populacional do campo para o urbano, nas décadas de 1950 a 1980, foi acompanhado de um crescimento de 7% ao ano da economia brasileira. O país começou a se industrializar no início do século XIX, mas o crescimento industrial só acelerou em 1950. Até então, as relações de trabalho tradicionais eram dominantes.

Com o processo de modernização, uma distribuição de renda cada vez mais desigual correu em paralelo ao crescimento econômico. Com a urbanização e a industrialização surgiram novos grupos sociais urbanos vinculados ao setor moderno da economia nacional. (SHANIN, 1976).

Diferentemente da pobreza, a desigualdade social nem sempre é percebida e enquadrada com um problema social. Trata-se de um problema extremamente difuso e abrangente, que pode ser encontrado em diferentes âmbitos: saúde, educação, ocupação do espaço geográfico, renda, emprego etc. (PEILIN *et al.*, 2013). No Brasil, a pobreza é uma consequência de um sistema desigual de distribuição de renda, mas, ao mesmo tempo, não podemos limitar o problema da

desigualdade à renda, uma vez que também está relacionado a fatores como raça, gênero, classe, cidadania, entre outras dimensões do tecido social.

Existem profundas desigualdades no Brasil, não apenas entre áreas urbanas e rurais, mas entre localidades distintas da mesma região. Desde 2003, as taxas de pobreza (ou seja, de quem ganha até meio salário mínimo) e de pobreza absoluta (quem ganha até ¼ do salário mínimo) caíram, em média, 3,1% e 2,1% ao ano, respectivamente. Mesmo assim, em 2008 existiam 45 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza. Existe uma desigualdade significativa entre as regiões do país, Norte e Nordeste sendo as mais pobres e Sul e Sudeste sendo as mais ricas. Essas diferenças manifestam-se também na qualidade de vida e nas oportunidades das pessoas. O Censo 2010 mostra outros indicadores de desigualdades entre as regiões, como a taxa de expectativa de vida, mortalidade infantil. O estudo da estrutura de classes é fundamental à análise da estratificação social, remontando aos estudos clássicos da sociologia de Marx e Weber (*apud* PEILIN *et al.*, 2013).

As categorias sociológicas de classe são bastante relevantes para descrever e compreender a distribuição desigual de oportunidades e recompensas no Brasil. Essas categorias também chamam a atenção para o papel que a classe desempenha na mediação e condicionamento dos efeitos de outras divisões, bem como dos recursos sociais usados para padronizar a desigualdade. As divisões de classes exercem importantes poderes causais que afetam diferentes processos e resultados sociais, contribuindo direta e indiretamente para a existência de desigualdades pronunciadas e duradouras na sociedade brasileira. (SCALON; SANTOS, 2010, p. 99 *apud* PEILIN *et al.*, 2013)

Para a análise weberiana, classe corresponde a um conjunto de situações de classe, posições de mercado, não necessariamente a formação de comunidades. A classe é um conjunto de indivíduos que compartilham de uma situação no mercado comum, em termos de bens e habilidades que possuem (GIDDENS, 1991). Para Weber (*apud* PEILIN *et al.*, 2013), classe refere-se a um certo número de pessoas que têm em comum um componente causal específico de suas chances de vida, desde que esse componente seja representado exclusivamente por um interesse em possuir rendas, bens e oportunidades, representado pelas mercadorias prevalecentes e condições do mercado de trabalho. A situação de classe, então, se expressa pelas oportunidades típicas de oferta de bens, condições externas de vida e vivências pessoais, e essas chances são determinadas pela quantidade de poder ou pela falta dele.

Diferentemente de Weber, Marx (*apud* JOHNSON, 1997) argumentava que as divisões de classe se baseavam nas relações entre os indivíduos (proletários) e os processos de produção, em especial na sociedade de controle dos meios de produção. Sob a ótica do sistema capitalista

apenas uma classe (burguesia) teria o poder de possuir e controlar esses meios de produção (JOHNSON, 1997).

Apesar de ter havido uma redução da pobreza nas últimas décadas, e um aumento no consumo da população brasileira, a estrutura de classes do país permaneceu praticamente inalterada (PEILIN *et al.*, 2013.) Sabe-se que mudanças estruturais são lentas e exigem grandes transformações sociais, porém o Brasil, está longe de construir uma sociedade mais igualitária e com uma maior distribuição de renda.

Fator essencial para entendermos as estruturas de classes no Brasil é a questão racial. Das diversas possibilidades sociodemográficas que influenciam as chances de alguém ser alocado em um determinado lugar na estrutura de classes, a raça é o fator mais influente no Brasil.

Racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. A discriminação racial é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça. (ALMEIDA, 2018, p. 22)

O racismo é conhecido pelo seu caráter sistêmico e estrutural. Não se trata aqui de avaliar atos de indivíduos de forma isolada, mas, sim, chamar atenção para um padrão social. No Brasil, existe um processo de construção de condições de subalternidade e privilégio entre grupos raciais que se reproduzem no âmbito político, econômico, educacional e das situações cotidianas (ALMEIDA, 2018). Os negros estão colocados em lugares menos favoráveis no sistema de classes e em desvantagem no mercado de trabalho, tendo empregos precários que dificultam as possibilidades de ascensão social (PEILIN *et al.*, 2013).

A herança colonial no Brasil se expressa nas questões raciais que estão ligadas ao processo de transformações sociais que reproduziram o racismo, ainda que resignificado, ao longo da história do país mesmo depois da independência de Portugal. As desigualdades raciais, que se expressam na pobreza, desemprego, falta de acesso a educação, são muitas vezes entendidas como consequência da falta de mérito dos indivíduos (ALMEIDA, 2018). A meritocracia manifesta-se por meio de mecanismos seletivos institucionais, tais como processos seletivos nas universidades e concursos públicos. No Brasil, a negação do racismo e o mito da democracia racial sustentaram um discurso meritocrático. Se não existe racismo, a culpa da falta de êxito das pessoas negras seria delas mesmas que, supostamente, não fizeram o suficiente para aproveitar oportunidades que estavam ao seu alcance.

Em um país desigual como o Brasil, a meritocracia avaliza a desigualdade, a miséria e a violência, pois dificulta a tomada de posições políticas efetivas contra a discriminação racial, especialmente por parte do poder estatal. No contexto brasileiro, o discurso da meritocracia é altamente racista, uma vez que promove a conformação ideológica dos indivíduos à desigualdade racial. (ALMEIDA, 2018, p. 56)

As políticas públicas recentes de igualdade racial, como as cotas para ingresso nas universidades públicas e em concursos públicos, se contrapõe a essa visão.

3.4 DESIGUALDADES NO SISTEMA DE CASTAS INDIANO

A herança colonial na Índia teve severas consequências para seu tecido social contemporâneo. Os britânicos criaram estruturas de desigualdade em todos os domínios da vida social. Após o processo de independência da Índia, o país passou por um caminho de desassociação de um sistema totalmente estranho de governança legal e moralmente.

A casta era, originalmente, um fenômeno principalmente social e religioso, mas os britânicos instituíram a casta como um critério de organização da política. A casta como hierarquia ritual foi transformada em uma hierarquia de poder. Com o passar do tempo, casta tornou-se sinônimo de estratificação social. A hierarquia e a desigualdade passaram a ser determinadas por valores e normas, e pela distribuição de recursos e oportunidades da vida social. O fato é que, em qualquer ponto da história de uma sociedade, a estratificação social é a produção e a reprodução de um sistema de valores e forças estruturais. Diferentemente dos exemplos europeus, a Índia não contava com duas classes, o proletariado e a burguesia, os fatores econômicos, por si só, não causam desigualdade e hierarquia (PEILIN *et al.*, 2013).

A classe média indiana surgiu no pós-independência junto aos processos de urbanização, modernização e globalização, porém ela se constituiu em uma pequena parte da sociedade. O desenvolvimento não atingiu os mais pobres e, conseqüentemente, as castas mais baixas. Apesar da persistência de formações sociais tradicionais ao lado de instituições novas ou modernas, uma nova classe dominante emergiu na Índia pós-independência, e essa classe lançou um desafio à hierarquia persistente e aos arranjos socioculturais. A rigor, hoje, “diferença social” e “poder” são mais valorizados que a hierarquia ritual.

No entanto, é fato que a família e o sistema de castas ainda são fatores importantes no universo dos indianos. Valores como o holísmo, coletivismo e transcendência, os principais critérios da tradição indiana, estão disputando espaço com os critérios relacionados às relações de status e de poder. Os arranjos sociais tradicionais, incluindo as gradações de castas, não

parecem mais ser tão rígidos. A hierarquia de castas nunca foi absoluta; por razões pragmáticas, sempre foi um fenômeno relativo e que dependia de vários fatores.

(...) Dumont (1972) tem procurado demonstrar a supremacia do “puro” sobre o “impuro”, do “englobando” sobre o “englobado”. Srinivas (1952; 1966) explicou como as castas superiores, particularmente os brâmanes em uma determinada região, são imitadas pelas castas inferiores para alcançar um status superior em sua aldeia. Tal explicação de Dumont e Srinivas sugere que o sistema de castas é uma “hierarquia institucionalizada”, que se torna um obstáculo invencível no caminho da mobilidade e mudança social. (PEILIN *et al.*, 2013, p.123)

A estratificação social é um fenômeno multifacetado e multicausal. “Casta”, por si só, não explica sozinha o universo complexo das diversas relações sociais na Índia, embora seja um pano de fundo importante social e historicamente para entendê-la (PEILIN *et al.*, 2013). Reconceituar a relação casta-classe-poder é importante para lidar com as diferenças sociais emergentes e as distâncias entre diferentes partes da sociedade, famílias e indivíduos. A estratificação social na Índia deixou de ser estática e fechada, como era na época colonial, e status e poder passaram a ser levados em conta na para estratificação social.

Para entender um pouco mais sobre o universo das castas indianas, é preciso considerar que elas são conhecidas como um *jati*, ou seja, um grupo de pessoas cujo status é determinado pelo nascimento. Com base no nascimento em uma determinada casta, os membros dessa casta, os indivíduos, estarão posicionados na estrutura social de formas distintas. Subjacente a essa estrutura existe a noção de puro e de impuro, ou seja, quanto mais elevada a casta, mais pura ela é. Existem as subcastas e as castas misturadas, agregadas conforme critérios locais que integram a esse universo complexo. Ao longo da história do país, a casta variou entre um fenômeno de sistema em termos socioculturais e religiosos e uma divisão do trabalho social e econômica, tendo seu ápice de influência na época do Império Britânico.

Assim, casta não se constituiu em uma simples hierarquia baseada nas noções de ‘puro’ e ‘impuro’. ou em um conjunto de valores e ideias (Dumont, 1970; Srinivas, 1952; 1962), a noção englobava também uma matriz socioeconômica e de relações políticas. Ao analisar a interpretação britânica de casta, Bayly (2002) observa que, antes do domínio britânico, a casta era mais um arranjo social do que um sistema rígido. A incorporação do elemento poder no sistema de castas é um fenômeno político moderno criado pelo poder colonial britânico, cuja classificação foi introduzida no Censo Indiano de 1891. Atualmente, a casta tornou-se um meio de mobilização política, de uso discreto para fins específicos, mais útil para buscar “representações” e “reservas” no domínio público. A casta tornou-se um fenômeno forte e

fraco. Como sistema, corroeu sua legitimidade e apelo, e, reencarnou como forma de reconhecimento e identidade (PEILIN *et al.*,2013).

Podemos, de forma sintética, resumir em três pontos principais o sistema de castas indiano. O primeiro deles é a relação entre puro e impuro, a questão de valores e normas, que são a base do surgimento do sistema de castas. A segunda é a casta como um fenômeno econômico que se justifica para o domínio, exploração e as disparidades baseadas nesse sistema, tornando-se mais uma forma de hierarquia político-econômica. Por último, a casta virou um fenômeno cada vez mais discreto. A diferenciação de papéis, a importância da família e do indivíduo na mobilidade social, as hierarquias de status e o prestígio tornaram o uso da casta algo flexível.

Casta refere-se a uma racionalidade intencional, mas também fornece descrição e explicação das patologias da política e da economia indianas modernas (SHARMA, 2001 *apud* PEILIN *et al.*, 2013). Como tal, a casta está se tornando mais um estado de espírito de um indivíduo do que uma ideologia que dirige ações e práticas. É menos um fenômeno sistêmico e mais uma entidade episódica. No entanto, o sistema de castas representa um desafio à liberdade e à dignidade de um indivíduo, e uma ameaça ao secularismo e à democracia na sociedade indiana. Sen (2000) argumenta que a única possibilidade de avanço na direção do desenvolvimento seria a criação de oportunidades sociais e a remoção de impedimentos e a capacitação para as pessoas necessitadas, única forma de chegar à liberdade.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NA ÍNDIA (1947) E NO BRASIL (2001)

As ações afirmativas (AA) podem ser definidas como um conjunto de políticas focais que beneficia pessoas pertencentes a minorias sociais, grupos discriminados e vítimas de exclusão social e econômica no passado ou no presente, servindo como meio de reparação histórica. As ações afirmativas são todo programa, público ou privado, que tem como objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas ao bem-estar coletivo (FERES JÚNIOR et al., 2018). São políticas públicas que têm como objetivo combater discriminações, sejam elas étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação desses grupos nos processos educacionais, políticos, no acesso à saúde, bens materiais etc.

Baseada no procedimento da discriminação positiva, essa modalidade de política pública entra em cena quando a legislação de orientação universalista se revela impotente para resolver problemas derivados da persistência de padrões sociais de exclusão e discriminação ao longo do tempo. (JACCOUD, 2009 *apud* FERES JÚNIOR et al., 2018)

A rigor, as ações afirmativas têm sido aplicadas em diversos países como resposta a pressões de movimentos sociais pela elevação da qualidade de vida e das condições de mobilidade social de grupos historicamente desprivilegiados (CAHN, 2002; ROBINSON, 2001 *apud* FERES JÚNIOR et al., 2018). Um dos diferenciais das políticas de ação afirmativa é seu impacto positivo na coletividade e para indivíduos discriminados, podendo ser utilizada como um instrumento de mudança social e reparação de processos históricos discriminatórios contra determinados indivíduos de certos grupos sociais.

O primeiro uso da expressão “ação afirmativa” ocorreu em 1935, no texto da lei “National Labor Relations Act” no congresso estadunidense. Os beneficiários eram os trabalhadores vítimas de violação trabalhista e os beneficiários poderiam pedir ações afirmativas para corrigir esses abusos (CHEN, 2009). Em 1961, John F. Kennedy, então presidente dos Estados Unidos, utilizou-se da expressão no contexto de lutas por direitos civis (GUIMARÃES, 1999).

Uma das dificuldades de equiparar o sistema de castas indiano e suas políticas de reserva com o universo das ações afirmativas, como no caso do Brasil ou dos EUA, é a inexistência das noções/termos de etnia e raça para escolha dos beneficiados. Mesmo que a noção de etnia

seja utilizada na Índia, está longe de ser o delimitador da posição social do indivíduo indiano (FERES JÚNIOR *et al.*, 2018).

No debate sobre essas políticas públicas em sociedades pós-coloniais ocidentais, frequentemente se acionam três argumentos fundamentais como justificativa: reparação, justiça distributiva e diversidade. Nas sociedades orientais, como no caso da Índia, utilizam-se quatro principais justificativas: compensação histórica de determinado grupo social, proteção de segmentos mais fracos da população, como prevê a Constituição indiana⁸, igualdade proporcional⁹ e justiça social, que é a simples constatação de que existem grupos específicos que sofrem mais com as desigualdades sociais. As justificativas sociais e institucionais, no Brasil e na Índia, são distintas, mas a convergência de categorias que permeiam o campo da mitigação das desigualdades econômicas e sociais é significativa (FERES JÚNIOR *et al.*, 2018).

Devemos nos deter por um momento sobre essa ideia de igualdade substantiva, que chamamos de fulcro normativo da ação afirmativa, pois ela é o principal elemento de uma concepção de justiça social presente no discurso. Na doutrina liberal clássica, ou pura, o Estado é o locus do valor da igualdade: é só perante o Estado, ou melhor, por meio de leis que garantem direitos universais negativos (mormente civis), que os cidadãos são verdadeiramente iguais (Honneth, 1995). A igualdade, nessa concepção, é uma igualdade formal em relação a direitos e deveres. (FERES JÚNIOR *et al.*, 2018, p. 361)

Um dos pontos consensuais, nas trajetórias sociais históricas de Brasil e Índia, que impulsiona a construção das políticas públicas das ações afirmativas nos dois países, é o reconhecimento da prevalência de imensas desigualdades sociais e econômicas. Nesse contexto, fica evidente a existência de uma diferença significativa entre as noções de classes sociais, no caso do Brasil, e sistema de castas, no caso da Índia. Existem características em ambas as sociedades que se manifestam no plano das representações coletivas inconscientes, uma espécie de naturalização de certas ações nessas sociedades, que discriminam determinados grupos sociais - no caso do Brasil, os negros, e, no caso da Índia, os indivíduos das castas subalternizadas. Pode-se afirmar que existem condições factuais e contextuais na sociedade brasileira e indiana que buscam caminhar no sentido do achatamento das disparidades nos dois países, contudo as desigualdades sociais e econômicas em ambos os países permanecem. Em certa medida, pode-se pensar que as desigualdades nas esferas políticas também se fazem

⁸ Artigo 46 da Constituição indiana, que tinha a promoção dos Dalitis (intocáveis) como principal objetivo.

⁹ Ideia de que as oportunidades deveriam ser distribuídas para a população proporcionalmente ao seu tamanho relativo na sociedade total.

presentes nos dois universos comparados, apontando, nesse caso, para a questão estritamente moderna da efetivação da noção de cidadania.

Políticas de ação afirmativa podem ser definidas como uma espécie de compensação para determinados grupos socialmente desfavorecidos, em forma de vantagem competitiva nos processos de disputa acirrada por posições sociais de prestígio (DAFLON, 2008). Um dos objetivos principais das AAs são a integração de grupos subalternizados historicamente de alguma sociedade. Frequentemente, o tema das AAs é associado ao caso das reservas de vagas nos Estados Unidos para população negra, porém muito países também adotam esse tipo de política, tais como Índia, Brasil, África do Sul, Sri Lanka, Nigéria, Malásia, Indonésia, Israel, China, Canadá, Austrália, Paquistão, Nova Zelândia e Rússia. Todos esses países têm em comum o mesmo horizonte de busca pela resolução ou pela diminuição da persistência de certos padrões de desigualdades (DAFLON, 2008).

Nesse sentido, a ação afirmativa representou o reconhecimento do fato que uma sociedade moderna não é capaz de agir sobre si mesma e eliminar as barreiras e distâncias sociais herdadas do passado. Em outras palavras, a adoção de medidas de discriminação positiva deu-se a partir da constatação que a instituição da igualdade formal é insuficiente para propiciar as condições necessárias para a produção da igualdade real, substantiva. (DAFLON, 2008, p.2)

4.1 GÊNESES DAS AAs NA ÍNDIA E NO BRASIL

A Índia apresenta a mais duradoura experiência com ações afirmativas de que se tem registro (DAFLON, 2008). Apresentar o modelo indiano de ações afirmativas, chamadas de *reservation policies*, auxilia na comparação das AAs desenvolvidas no contexto brasileiro.

Medidas que visavam favorecer as minorias discriminadas na Índia começaram a serem implantadas desde a época dos colonizadores britânicos, ao final do século XIX, e tiveram sua continuidade assegurada pela Assembleia Geral Constituinte, após o processo de independência, em 1947 (DAFLON, 2008). Um dos maiores desafios das políticas públicas de ação afirmativa na Índia é a multiplicidade de beneficiários. Existem minorias culturais (tribos¹⁰), grupos estigmatizados (intocáveis) e grupos discriminados, que sofrem mais de uma privação econômica (denominados “other backward castes”).

¹⁰ Tradução livre do termo utilizado no “Handbook para Scheduled Tribes”, que pode ser considerado, em outras literaturas, como povos e, sobretudo no caso brasileiro, como comunidades.

Após a independência, em 1947, mesmo diante de certa oposição, a Assembleia Constituinte indiana aprovou vários artigos que estabeleciam medidas de ação afirmativa, em especial cotas de representação política mínima, contratação no serviço público e políticas para promover o avanço educacional (DAFLON, 2007).

[...] a ação afirmativa na Índia assume grande complexidade porque está ligada a processos basilares para a sua formação como Estado-nação, isto é, a luta pela emancipação e a descolonização, bem como a busca pela identidade indiana em face ao colonialismo inglês e a criação da sua comunidade política. Durante o processo de independência, a grande dificuldade enfrentada nas negociações entre Hindus, Sikhs e a Liga Muçulmana, que viria a resultar na traumática partição da Índia e criação do Paquistão, trouxe apreensão aos nacionalistas indianos com a possibilidade de emergência de outros movimentos disruptivos para o Estado em formação. (DAFLON, 2008, p. 6)

Os atuais beneficiários das políticas de reserva na Índia compõem 74,5% da população, dividida em três grupos. São eles: os intocáveis, que receberam, na época da colonização britânica, a denominação de *Scheduled Castes (SCs)*, que representam cerca de 15% da população; as tribos ou *Scheduled Tribes (STs)*, que constituem 7,5% da população e sendo consideradas tribos as sociedades que dependem suas subsistência de áreas florestais; e por último os *Other Backward Castes (OBCs)*, que são as castas consideradas baixas, que são desprivilegiadas social e economicamente e compõem quase 52% da população (TUMMALA, 1999). Mesmo depois da criminalização da diferenciação entre indivíduos pela casta, esses grupos sociais têm uma maior incidência de pobreza que o restante da população, assim como uma menor mobilidade social e retorno de investimentos educacionais (MADHESWARAN; ATTEWELL, 2007).

As questões que cercam as ações afirmativas na Índia são bastante controversas no país, mesmo com a tradição de mais de 70 anos. Esse universo manipula relações de poder importantes, e a bandeira das ações afirmativas é defendida, principalmente, pelos movimentos sociais dos grupos minoritários socialmente, como no caso do *Dalit Panthers*. O caso indiano mostra-se desafiador pela diversidade linguística, cultural, religiosa e territorial do país. Ainda que a Índia esteja crescendo economicamente, apenas 1% da população pode ser considerado como elite e 34% diz respeito à classe média (COSTA; SAXENA, 2007).

A ideologia da homogeneidade moderna em torno de valores universais e liberais se fez presente nas discussões indianas pré-Constituição de 1949, o que corroborou com a ideia ocidental de que o sistema de castas, com o tempo, se tornaria um sistema de classes. Contudo, na Assembleia Nacional Constituinte do país não foram essas as interpretações que prevaleceram (DAFLON, 2008). O que prevaleceu no texto da constituinte foi o reconhecimento do modelo de cidadania individual universal que não teria dado conta da

heterogeneidade do país e das desigualdades dos sistemas de castas (DAFLON, 2008,). Em suma, nas grandes cidades, as noções tradicionais de hierarquia permanecem, ainda que a crença nas noções de puro e impuro estejam relativamente enfraquecidas (SHAH, 2002).

Em um primeiro momento, a implantação de tais políticas não suscitou grande reação da sociedade, que parece ter compreendido como justa a iniciativa de promover grupos discriminados. Contudo, em 1990, após um longo processo político liderado por movimentos sociais indianos, que começou em 1970 com a instauração de uma comissão para estudar as condições das minorias indianas, capitaneada por lideranças políticas em conjunto com os movimentos sociais, como o caso do B. P. Mandal¹¹, o Estado indiano estendeu suas políticas de tratamento preferencial aos postos do governo para as *Other Backward Castes and Castes* ou *OBCs* (SHARMA, 2005).

É interessante notar que os debates sobre AAs na Índia precederam em sete décadas aqueles que vieram a ser travados no Brasil bem mais tarde. São discussões sobre as possíveis contradições entre os princípios modernos de igualdade, entre os direitos do grupo e direitos individuais, bem como questões sobre mérito e eficiência das políticas ou até sobre grupos chamados de “*creamy layer*”, que seriam uma parcela dos grupos subalternizados que não precisaria das vagas de AAs e estariam monopolizando suas vagas na rede de ensino e a centralizar esses benefícios. Os pesquisadores indianos estudam todos esses temas pelo menos, meio século antes dos brasileiros .

As políticas públicas de ações afirmativas¹² no Brasil são bem mais recentes, sendo o primeiro caso em favor da população preta e parda. O Brasil tem uma longa trajetória, desde a época colonial, de ausência de leis que possam reparar ou mitigar as consequências históricas do processo de escravização dos africanos no Brasil desde o século XVI. A ausência de políticas públicas reparatórias intensificaram as desigualdades sociais em detrimento desse grupo em particular, fazendo com que a população brasileira se estratificasse por cor. A participação na III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, em Durban, na África do Sul, em 2001, foi considerada um marco

¹¹ Liderança indiana revolucionária, teve um papel fundamental ao colocar as seções marginalizadas da Índia (1918-1982).

¹² O Brasil adotou o nome de políticas de ações afirmativas provavelmente por influência estadunidense. Já a Índia, país precursor desse tipo de política, utiliza a expressão “políticas de reserva” para denominar o mesmo tipo de política pública.

histórico do início da inserção do tema das ações afirmativas na agenda das políticas públicas no Brasil.

Em 2003, durante o governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, tendo em vista as demandas do Movimento Negro, foi lançado o primeiro programa de ação afirmativa para estudantes pobres, pretos, pardos e deficientes para o ensino superior privado, o ProUni. O ProUni constitui-se em uma parceria da esfera pública estatal com o setor privado, em que as universidades privadas recebiam isenção de tributos em troca do oferecimento de bolsas de estudos parciais ou integrais para os alunos representados pelas ações afirmativas. Além disso, a expansão da política de financiamento estudantil, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) contribui para a ampliação do acesso ao ensino superior, contribuindo para aumentar as chances desta parcela da população alcançar melhores posições na sociedade, interrompendo com um ciclo de vulnerabilização da população negra.

As universidades federais não tinham a obrigatoriedade da adoção de cotas até então. A pressão dos movimentos sociais sobre o Governo foram essenciais para a adoção das ações afirmativas em todo o território nacional, que variam entre cotas, reservas de vagas, bônus etc.; e contemplam uma variedade de beneficiários (negros, pardos, indígenas, quilombolas, deficientes físicos e alunos egressos de escolas públicas). Em 2011, 9,3% de todas as vagas existentes nas universidades públicas já eram reservadas para candidatos pretos e pardos, 11,3% para alunos egressos de escolas públicas (o que no Brasil constitui indicativo de desvantagem socioeconômica) e 2% para outros (FERES, DAFLON, CAMPOS, 2011).

Figura 1 - Mapa da distribuição das AA no território brasileiro



Fonte: **Brasil – GEMAA**. Uerj.br.

Disponível em: <<http://gemaa.iesp.uerj.br/brasil/>>. Acesso em: 3 Nov. 2020

4.2 PROCESSO DE AA NA ÍNDIA E NO BRASIL

O campo da política pública de ação afirmativa é um ambiente de debate político e disputa recorrente. O caso indiano, que é a experiência mais duradoura da qual se tem notícia, possui uma série de semelhanças com o caso brasileiro e pode ser utilizado para fins comparativos dos dois processos. As ações afirmativas indianas beneficiam minorias culturais (tribos) que são vistas por aquela sociedade como importantes de serem protegidas, grupos estigmatizados cuja militância foi fundamental para aquisição dessas políticas públicas e para a própria assimilação por parte da sociedade e, posteriormente, a inclusão de mais um grupo estigmatizado, que são os chamados “*Other Backward Castes*”. No caso brasileiro, as cotas implementadas no ensino superior e no serviço público federal resultaram também da pressão dos movimentos sociais, em especial do movimento negro brasileiro.

Podemos considerar que, para uma política pública de ação afirmativa obter êxito, ela precisa ter uma relativa aceitação pública, com justificativas bem definidas e defensáveis

socialmente. Sendo assim, as questões que as AAs pretendem solucionar devem ser claras e encontrar um suporte em um diagnóstico relativamente preciso da sociedade em que ela será aplicada, e seu desenho institucional deve ser coerente e corresponder às reflexões mais abstratas que possam surgir (DAFLON, 2007). Todos esses fatores facilitam a aceitação pública e, conseqüentemente, abrem caminho para que essas políticas sejam contempladas na agenda governamental.

A aplicação efetiva das AAs em sociedades muito desiguais, como Brasil e Índia, dependerá de uma aceitação coletiva da história do país. No caso indiano, depende da aceitação das desigualdades inerentes ao sistema de castas, principalmente após o processo de colonização, e, no caso brasileiro, da aceitação de que existe racismo estrutural e institucional que percorrem toda a história do Brasil desde a colonização. A partir dessa interpretação histórica dos países, pode-se manejar a questão da reparação histórica de diferentes grupos sociais subalternizados. Em ambos os países não foi uma discussão fácil. A democracia liberal e que foca em direitos civis foi amplamente convocada nas discussões sobre o tema, e argumentos relacionados a questão da meritocracia e do mérito foram acionados para contestá-las.

Na discussão brasileira, a negação de um preconceito de cor é frequente, alegando-se que o Brasil, por ser um país miscigenado, não poderia adotar o modelo norte-americano de brancos e não brancos, que seria inadequado a nossa realidade social. Essa argumentação ignora completamente as interações raciais no sentido sociológico. Na Índia, não foi diferente em relação às castas, pois intelectuais indianos alegavam que esse sistema acentuaria a diferenciação de castas no país, reforçando a desigualdade. Alegavam que não se poderia promover justiça social se utilizando de discriminação. Contudo, entre os maiores êxitos das políticas de reserva na Índia, por exemplo, foi a ocupação de indivíduos dos grupos chamados intocáveis e *OBCs* em altas posições de prestígio social.

A cultura democrática liberal difunde princípios normativos de igualdade, de dignidade e de cidadania (DAFLON, 2008), que participa de um domínio hegemônico, que integra uma justificativa do modelo político adotado pelo Ocidente como justificativa de um modelo político que é frequentemente utilizado como forma de manipular uma linguagem de direitos, servindo como forma de problematização dos posições sociais e para possíveis reivindicações. Por outro lado, esse mesmo Estado democrático não considera certos grupos, como os beneficiários das AAs, para que sejam percebidos como indivíduos que detêm direitos (DAFLON, 2008).

Por trás da AA há uma série de teorias sobre as relações entre indivíduos e grupos que remetem ao fato de que certas práticas sociais impedem a inclusão de algumas pessoas na categoria universal do ser humano e por esse motivo ela trata os indivíduos como indivíduos, entendendo que para isso é necessário tratá-los como membros de grupos. Em outras palavras, essa política de erradicação da discriminação abraçou a diferença como uma forma de promover a igualdade. (DAFLON, 2008, p. 20)

É possível perceber que, tanto no caso indiano como no caso brasileiro, o recurso da igualdade e da universalidade é manipulado como argumento. Ao mesmo tempo que o discurso ocidental reconhece que é fundamental para a superação das sociedades hierárquicas a igualdade, este discurso torna-se controverso quando existe uma crítica sobre a adoção das AAs e como elas podem ter um caráter antiuniversalista e não igualitário. Esse tipo de recurso argumentativo parece não levar em conta como historicamente castas na Índia e classes, e principalmente raça, no Brasil foram categorias decisivas para negar um status integral de indivíduo para as pessoas pertencentes a esses grupos. São esses grupos que são destituídos de individualidade e, portanto, de direitos (GUIMARÃES, 1999).

As posições sobre o tema das ações afirmativas são controversas. Mesmo na Índia, em que as AAs estão presentes há mais de sete décadas, argumenta-se existem pressões políticas contra elas. No entanto, no âmbito acadêmico, tanto no Brasil quanto na Índia, dificilmente se observam argumentos contra ou que não as consideram como positivas.

O Brasil tem suas políticas públicas de AAs disseminadas a partir dos anos 2000, por meio da aprovação do sistema de cotas nas universidades públicas, que ganhou nova densidade na aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e das leis nos 12.711/2012 e 12.990/2014, que tornaram obrigatória para toda rede federal de ensino técnico, médio e superior e para serviço público federal.

Em 2015, a participação relativa dos negros aumentou tanto nas instituições públicas quanto nas instituições privadas. O peso relativo dos negros nas universidades públicas passou para 45,1% e, nas universidades privadas passou para 43,3%. O acesso ao ensino superior isoladamente não acaba com as desigualdades raciais, porém contribui para aumentar as chances dessa parcela da população alcançar melhores posições sociais e consequentemente interrompa este processo de vulnerabilização. No caso brasileiro, temos a especificidade do movimento negro bastante ativo nas questões de manutenção e reconhecimento da reserva de vagas para a população negra, inclusive participando ativamente da validação dos processos de autodeclaração em algumas universidades federais (GEMAA, 2020). Vale ressaltar que as ações afirmativas não são resumidas apenas a entrada no ensino superior, mas também de como manter os beneficiários, com a garantia de iniciativas de permanência estudantil.

A Índia tem dilemas parecidos com os do Brasil, além do discurso da democracia liberal e a meritocracia, a experiência do país mostra um caminho com os efeitos das AAs a longo prazo. O que a experiência indiana pode nos mostrar é como as ações afirmativas isoladamente não parecem ser uma alternativa para reduzir a pobreza de países continentais, como é o caso dos dois países, mas ao mesmo tempo esse tipo de política pública tem uma força multiplicadora, além de modificar de forma considerável o perfil das classes médias, interferindo nos seus planos de representações sociais e gerando repercussões políticas.

A Índia pode nos mostrar como as AAs, aliadas a políticas de combate às desigualdades sociais, principalmente de castas no caso indiano e de raça no caso brasileiro, servem como elevação do status econômico dos grupos beneficiados e geram a diminuição do estigma que historicamente recai sobre esses grupos. Fundamental é não cobrar da ação afirmativa um papel que não deve ser desempenhado por ela, mas sim por outro tipo de política pública, que é a erradicação das desigualdades sociais (DAFLON, 2006).

Um campo de disputas dessas AAs no Brasil e na Índia refere-se a como será determinada a identidade nacional, como serão encaixadas as questões de castas e as questões raciais nessa nova construção histórica, em que os grupos subalternizados podem ter papéis novos na sociedade, acessar espaços antes impossíveis. Isso mostra a força do grupo, em que o êxito individual não chama tanta atenção, mas, quando um grupo ou uma parcela significativa do grupo consegue esse acesso, há um peso maior e uma possibilidade de mudança social muito mais significativa e potente.

Assim, se por um lado há acadêmicos indianos e brasileiros que insistem na desconstrução das categorias identitárias em favor da multi-identificação, pois acreditam que qualquer reforço oficial das castas ou raças é nocivo à sociedade, há, por outro lado, aqueles que afirmam que uma forma de promover a justiça social é criar políticas de preferência utilizando-se discriminação. Nesse sentido, um dos mesmos critérios em que se baseia a principais êxitos apontados em relação às políticas de reservas na Índia foi de caráter simbólico, pois elas atenuaram a associação entre a jati e a ocupação dos indivíduos ao possibilitar que Intocáveis e OBCs atingissem posições de grande prestígio social. Assim, ao mesmo tempo em que legitimaram e oficializaram as castas em um nível, as reservas as desqualificaram em outro plano. Isto porque, dissociada de suas bases materiais, a consciência de casta perde parte de sua carga simbólica (QUIGLEY, 1994, *apud* DAFLON, 2007 p. 22).

As políticas públicas de AAs frequentemente, em seus discursos jurídicos e institucionais, utilizam-se da literatura influenciada pelos Estados Unidos sobre a igualdade, a igualdade de direitos civis de uma democracia liberal clássica e moderna. No caso brasileiro, fica bastante evidente essa relação, e no caso indiano também, mas com uma diferença fundamental. Em geral os interessados na diminuição da desigualdade naquele país são

conscientes da limitação do modelo de igualdade de oportunidades para a promoção da igualdade substantiva (PARIKH, 1997 *apud* DAFLON, 2006). Esse é um dos motivos para que as AAs na Índia e no Brasil se estendam da universidade para o âmbito público legislativo e executivo, para os serviços públicos etc.

Os princípios hierárquicos indianos gerariam desigualdades nas relações sociais e teriam sido transportados pelo campo econômico, e no Brasil acontece o mesmo processo: o modelo hierárquico de raça transporta as desigualdades das relações sociais para o âmbito econômico, ferindo um princípio inicial da igualdade e da modernidade. Embora na literatura clássica se considere a Índia como um modelo hierárquico de sociedade e o Brasil como um país possível no caminho da modernidade ocidental, os dois países carregam heranças hierárquicas bastante significativas em suas realidades sociais, que se distanciam da igualdade e da modernidade.

Em linhas gerais, é um processo complexo a avaliação das consequências das políticas públicas de AAs nos dois países. Neste momento enumerarei alguns pontos para que se possa pensar e refletir um dos pilares da diminuição da desigualdade social, que é um processo histórico duradouro.

Em 2018 foi o primeiro ano em que a população negra e parda nas universidades da rede pública federal brasileira ultrapassou a metade, chegando à maioria dos alunos (50,3%). Ainda assim, em números absolutos, a população negra e parda corresponde a 55,8% da população, então ainda estaria subalternizada, mas parece um horizonte interessante a se refletir. No caso indiano, alguns estudos (DAFLON, 2007) já apontam para uma ampliação das classes médias do país, mas, ao mesmo tempo, há uma maior subalternização da população rural, que não tem interesse nos locais oferecidos pelas AAs, o setor público pouco interessa a essa parte da população, e as questões geográficas, como as diferenciações entre o Norte e o Sul do país, entre a população rural e a população urbana, precisarão de uma reflexão especial.

Fato é que, independentemente de uma experiência duradoura, como na Índia ou, relativamente recente, como no Brasil, as AAs precisam ser analisadas porque as relações sociais se modificam ao longo do tempo. Não podemos desconsiderar como o campo das AAs é um horizonte de disputas, desafios e ameaças, assim como as universidades públicas e sua função social frequentemente são atacadas, sendo necessária a proteção desses projetos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um esforço de síntese, considero que a noção de modernidade e o modelo de igualdade clássicos evidenciam um paradoxo em relação ao conceito de hierarquia (DUMONT, 1997). Esses dois modelos - igualitário e hierárquico - apresentam-se histórica e logicamente antagônicos. Nesse sentido, as experiências históricas de Brasil e Índia com seus processos de modernização e a busca de assumirem a ideia de modernidade clássica constituem bons exemplos para se refletir sobre esta dualidade.

Contudo, o que vimos ao longo deste trabalho, no qual buscamos comparar as AAs em duas potências emergentes, é que a modernização em países do Sul global historicamente tem retroalimentado um sistema de desigualdades sociais que, em boa medida, acaba permitindo a presença de características do modelo hierárquico nesses países.

Um dos papéis importantes das políticas públicas de AAs nos contextos brasileiro e indiano contemporâneos consiste na formulação de alternativa à modernização dominante, conforme o modelo clássico, possibilitando um conjunto de ações e potencialidades de modernidades múltiplas de cada sociedade.

Como demonstra a literatura consultada para realização deste trabalho de conclusão, o processo temporal de longa duração de consolidação da modernidade, pautado pelo eurocentrismo, colonialidade e, posteriormente, pelo imperialismo e pela globalização, constituiu um caminho que iniciou na colonização e na exploração das colônias pelas metrópoles europeias, no final do século XV e primeiras décadas do século XVI. Já os vários movimentos de modernização apresentam-se como resultantes contemporâneos da modernidade, que têm consequências na formação de valores sociais e projetos de desenvolvimento pelo mundo, que passam pela reprodução de padrões e normas desenhados pelos países hegemônicos (EUA e Europa Ocidental).

O reconhecimento da importância das AAs por parte de uma determinada sociedade ou Estado Nação parece constituir-se em uma forma clara de evidenciar a coexistência dos ideais de igualdade e de hierarquia. Para que ocorra esse caminho, o universo social tem esse horizonte imaginário da busca da igualdade e da superação da hierarquia, de forma consciente ou não.

Nas sociedades indiana e brasileira, da mesma forma que existem desigualdades sociais importantes e estruturais (como observado no capítulo 3), a busca pela igualdade (pelo menos em uma esfera pública e de direitos civis de acesso) mostra-se crescente com a adoção dessas medidas. Ao mesmo tempo em que as AAs são formas lógicas que correspondem a uma literatura igualitária clássica moderna, mostram-se capazes de possibilitar modos de

modernidade distintos em outras sociedades, não necessariamente correspondendo a uma expectativa moderna habitual. Simultaneamente, pode ter correspondência com a lógica moderna e corresponder a outras possibilidades de existência. Os significados sociais da participação dessas camadas beneficiadas pelas AAs têm várias interpretações sobrepostas, não podendo ser pensada em uma relação única e simples.

Outra reflexão importante do trabalho diz respeito a como as estruturas sociais dos dois países têm diferenças e similitudes. No caso do Brasil, o racismo estrutural aparece como alicerce fundamental das desigualdades sociais, enquanto na Índia o fundamento do sistema é a discriminação contra as castas mais baixas. Nos dois casos, os beneficiários das AAs serão os indivíduos pertencentes a esses grupos subalternizados. No plano ideal, as sociedades modernas não deveriam possuir em sua estrutura social esse tipo de desigualdade, dado que o processo que leva à efetivação da igualdade de acesso às oportunidades é um pilar da modernidade. A partir dessa percepção, considero que existe a prevalência de traços do modelo hierárquico na Índia e no Brasil contemporâneos.

O trabalho teve como aspiração a contraposição da ideia de superação das sociedades hierárquicas, por vezes chamadas de tradicionais, para sociedades modernas e igualitárias, como um processo universalizante pelo qual todas as sociedades deveriam passar, na lógica eurocêntrica e estadunidense. Teve como objetivo a reflexão sobre como essas duas noções, hierarquia e igualdade, são utilizadas nesses dois países emergentes do Sul global, como forma de manutenção e ao mesmo tempo da alteração das realidades sociais, sendo percebida a influência que a modernidade exerce globalmente.

Por fim, a partir da análise do conhecimento para o melhor entendimento das AAs indianas, vislumbro uma perspectiva de futuro para as políticas públicas brasileiras direcionadas para grupos sociologicamente minoritários, visto que as AAs indianas têm quase 70 anos de história e traçam um caminho interessante. Ao mesmo tempo que percebo desafios cada vez maiores e mais complexos, as possibilidades de mudanças são promissoras e atentam para uma realidade favorável para novas maneiras de reconhecimento da importância de AAs em países emergentes, como Brasil e Índia, fugindo da lógica da modernidade clássica e das consequências do processo de modernização.

Outro questão relevante é entender que os desdobramentos da modernização não são apenas a dependência econômica dos países do Sul global em relação aos países do Norte global. É a dependência social, econômica, institucional, política e científica, entre outras, sobre as possibilidades de existência que nos são dadas pelo sistema capitalista, que local originalmente nos foi reservado e como podemos nos reposicionar.

Muitas possibilidades de abertura e aprofundamento da temática do trabalho me foram surgindo ao longo do processo da escrita. Os desafios de escrever sobre o universo da Índia foram muitos, pois é difícil escrever sobre uma realidade que não é a sua, portanto toda cautela é necessária. Escolhi deixar alguns temas para trabalhos e desdobramentos futuros. As múltiplas modernidades nos países emergentes são temas que ainda quero explorar de forma mais ampla, principalmente em relação aos processos distintos dessas modernidades. Acredito ser uma perspectiva interessante de fugir da lógica ocidental e produzir *epistes* do Sul sobre o Sul.

REFERÊNCIAS:

ADELMAN, M. Visões da Pós Modernidade: discursos e perspectivas teóricas. **Sociologias**, n. 21, p. 184-217, 2009.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. Estatísticas Sociais. Pretos ou pardos estão mais escolarizados, mas desigualdade em relação aos brancos permanece. 13 nov. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece>. Acesso em: 7 nov. 2020.

ALMEIDA, S. **Feminismos plurais**: Racismo estrutural. [S.l.]: Polén, 2019.

BONTEN, P.; IZARD, M. **Diccionario akal de etnología y antropología**. Madri: Presses universitaires de França, 1996.

CARDOSO, F.H. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica 11 ed. Civilização brasileira, 2004.

CHAKRABARTY, D. Modernity and ethnicity in India. **South Asia**, n. special issue, p. 143-155, 1994.

DA SILVA, C. T.; DE BARROS, F. L. (Orgs.). **Estudos comparados nas ciências sociais resenhas**. Brasília: CEPPAC/UnB, 2011.

DAFLON, V. **Políticas de reserva: o modelo indiano de ação afirmativa**. Dissertação (mestrado no programa de sociologia). Instituto universitário de pesquisa do Rio de Janeiro (IUPRJ). Rio de Janeiro, 2007.

DAFLON, V. Ação afirmativa em perspectiva comparada: uma discussão sobre o modelo indiano e o brasileiro *In*: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 32º encontro, Anal de evento., Caxambu (MG), 2008.

DAFLON, V. T. **Homo Hierarchicus: a trajetória de um clássico da antropologia francesa na Índia**. BIB, São Paulo, p. 5-18, out. 2016.

DE OLIVEIRA OST, S. C.; FILIPPI, E. E. O Impacto do Sistema de Castas no Desenvolvimento Econômico e Social da Índia Contemporânea. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, [S.l.], v. 1, n. 17, p. 1-20, jun. 2017.

DOMINGUES, J. M.; MANEIRO, M. (Orgs.). **América Latina hoje: conceitos e interpretações**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

DUMONT, L. **Homo Hierarchicus o sistema de castas e suas implicações**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997.

EISENSTADT, S. N. Modernidades múltiplas. *Sociologia, problemas e práticas*, n. 35, p. 139-163, 2001.

EISENSTADT, S. N. Múltiplas modernidades: ensaios. **Estudos políticos**, Lisboa, p. 649-655, 2007.

Indicators | Data. Worldbank.org. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator>>. Acesso em: 11 Nov. 2020.

FANON, F. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, A. J. O Brasil e o sistema mundial de poderes. *Revista brasileira de política internacional*, v. 44, n. 1, p. 94-111, 2001.

FERES JÚNIOR, J.; DAFLON, V.; CAMPOS, L. A. **A ação afirmativa no ensino superior brasileiro (2011). Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA)**, IESP-UERJ, 2011, p. 1-20.

FERES JÚNIOR, J. *et al.* **Ação Afirmativa: conceito, história e debates**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

FERES JÚNIOR, J. DE OLIVEIRA, M. P.; DAFLON, V. T. **Guia Bibliográfico Multidisciplinar ação afirmativa Brasil: África do Sul: Índia: EUA**. 1. ed. v. 4. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

FERES JÚNIOR, J.; DAFLON, V. T. Políticas da igualdade racial no ensino superior. **Cadernos do desenvolvimento fluminense**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 31-43, 2014.

FERES JÚNIOR, J. DAFLON, V. T. Ação afirmativa na Índia e no Brasil: um estudo sobre a retórica acadêmica. **Sociologias**, v. 17, n. 40, p. 92-123, 2015.

FERES JÚNIOR, J. Ação afirmativa no Brasil: fundamentos e críticas. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 291-312, dez. 2004.

JOÃO FERES JÚNIOR, V. T. D. L. A. C. **Ação afirmativa no ensino superior brasileiro (2011)**. Levantamento das políticas de ação afirmativa gemaa, Rio de Janeiro, p. 1-22, 2011.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. 5. ed. São Paulo: UNESP FUNDAÇÃO, 1991.

GUIMARÃES, S. P. Desafios e dilemas dos grandes países periféricos: Brasil e Índia. **Bras. Polít.**, p. 109-132, 1998.

JOHNSON, A. G. **Dicionário de sociologia guia prático da linguagem sociológica**. [S.l.]: Zahar, 1997.

PEILIN, L. *et al.* **Handbook on social stratification the BRIC countries change and perspective**. Singapore: World Scientific Publishing co pte.Ltd, v. 1, 2013.

LIMA, M. C. A experiência indiana: crescimento predatório e manutenção da pobreza. **Estudos internacionais**, v. 1, n. 2, p. 185-203, 2013.

MARX, K. **La dominación británica en la India**. [S.l.]: The New York daily tribune, 1853.

MIGNOLO, Walter. **A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade**. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 71-103

National Sample Survey Office (NSSO) | Ministry of Statistics and Program Implementation | Government Of India. Mospi.nic.in. Disponível em: <<http://mospi.nic.in/NSSOa>>. Acesso em: 15 Nov. 2020.

NOPEs, A. **Eurocentrismo e o projeto de modernização do Brasil**: uma análise sociológica a partir da fala dos engenheiros professores da UFSC (1960-1980). Tese (doutorado no

Programa de Pós-graduação em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2013.

PAZ, O. **Vislumbres de la India**. [S.l.]: Galaxia Gutenberg.

PEIRANO, M. **A teoria vivida e outros ensaios de antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

PEIRANO, M. **Uma antropologia no plural três experiências contemporâneas**. Brasília: UnB, 1991.

PRADO, M. E. Os intelectuais e a eterna busca pela modernização do Brasil: o significado de projeto nacional-desenvolvimentista das décadas de 1950-60. **História Atual Online**, n. 15, p. 19-27, fev. 2008.

REIS, M. de N.; DE ANDRADE, M. F. F. O pensamento decolonial: análise, desafio e perspectivas. **Revista espaço acadêmico**, v. 17, n. 202, p. 1-11, mar. 2018.

REIS, Helena Esser dos. **A virtude na filosofia política de Tocqueville**. Goiânia: Filósofos – Revista de Filosofia. Goiânia, v.4, n.2, Jul/dez.1999.

SANTOS, B. D. S. **O pluriverso dos direitos humanos: a diversidade das lutas pela dignidade**. São Paulo: Autêntica, 2019.

SHARMA, K. N. For a sociology of India on the word (varna). **Contributions to indian sociology**, v. 9, n. 2, p. 293-298. ISSN 2.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

STUENKEL, O. **A Índia na ordem global** - série entenda o mundo. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, v. 32, 2014.

TAVOLARO, S. B. F. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 20, n. 59, p. 5-22, out. 2005.

WALLERSTEIN, I. **World Systems Analysis**. 4. ed. [S.l.]: Duke university press, 2006.

WEISSKOPF, T. E. Affirmative action in the United States and India: a comparative perspective. *Tempo Social*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 304, nov. 2006.

ZAHARIADIS, N. **Handbook of public policy agenda setting**. Cheltenham: Edward Elgar, 2016.